

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB
FACULDADE DE TURISMO – FASA**

CURSO DE TURISMO

SAMARA BATISTA FERREIRA

**TURISMO CULTURAL SUSTENTÁVEL: ANÁLISE DA SITUAÇÃO DE
PRESERVAÇÃO DA CATEDRAL METROPOLITANA DE BRASÍLIA**

BRASÍLIA, 2005

SAMARA BATISTA FERREIRA

**TURISMO CULTURAL SUSTENTÁVEL: ANÁLISE DA SITUAÇÃO DE
PRESERVAÇÃO DA CATEDRAL METROPOLITANA DE BRASÍLIA**

Monografia apresentada ao Curso de Turismo da Faculdade de Turismo – FASA – do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, como parte das exigências para conclusão do Curso.

Orientador: Prof. Jefferson L. Gazoni.

BRASILIA, 2005

**TURISMO CULTURAL SUSTENTÁVEL: ANÁLISE DA SITUAÇÃO DE
PRESERVAÇÃO DA CATEDRAL METROPOLITANA DE BRASÍLIA**

Samara Batista Ferreira

COMISSÃO AVALIADORA

Prof. Orientador Jefferson L. Gazoni

Prof^a. Leone Carneiro Santos

Prof. Álvaro Milton Lemos Quaglia

Brasília, DF, junho de 2005.

Dedico esta reflexão ao corpo docente da Faculdade de Turismo da UniCEUB, pelos ensinamentos repassados e, sobretudo, pela competência demonstrada.
Ao orientador, professor Jefferson L. Gazoni, pela dedicação, profissionalismo e presteza.

À minha família, que soube bem compreender a situação atípica criada em função das exigências do Curso, agradeço, com muito carinho.

Catedral, mãos postas para o Céu...

Os “Quatro Evangelistas” de Ceschiatti são os anfitriões do templo. Reverencie-os e desça a passagem em penumbra, própria à meditação. No interior da Catedral, você vai se emocionar: “Os Anjos”, de Ceschiatti flutuando no espaço, os reflexos do espelho d’água em toda sua estrutura de vidro e o soar do campanário espanhol, criam todo um clima de paz e preces.

(Carta Turística de Brasília)

RESUMO

Este trabalho desenvolve reflexões básicas e gerais sobre Turismo Cultural Sustentável como embasamento para que se chegue ao tema central do estudo – a situação de preservação da Catedral Metropolitana de Brasília, a capital brasileira que foi tombada pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade. Acrescenta vários tópicos referentes à epopéia de construção da cidade, enfatizando a memória e o patrimônio cultural que, óbvio, dependem de preservação que, atualmente, tem sido outro parâmetro a ser considerado na gestão das cidades e uma das exigências do turismo cultural sustentável. Geograficamente erguida no topo central do Continente Sul-americano, no cerne do chamado Corredor Místico do Paralelo 15° do Meridiano, Brasília é diferente em tudo, de todas as demais cidades. É única e sem clone. Isso a começar pelo aspecto físico institucional, a modernidade arquitetônica e arrojado traçado urbanístico, até a forma e a qualidade de vida de sua gente. É a síntese mais autêntica da brasilidade na mistura de culturas, costumes, crenças, ritmos, folclore e culinária de todos os recantos desse Brasil/Continente. Brasília tem o turismo mais diversificado do país, oferecendo opções para os temas Cívico, Político, Cultural, de Negócios, Religioso, Místico e Ecológico. A Catedral Metropolitana Nossa Senhora Aparecida, construída em homenagem à padroeira da Capital tem quarenta metros de altura e capacidade para quatro mil pessoas. No topo de dezesseis colunas curvas, entremeadas por vitrais, uma cruz metálica abençoada pelo papa Paulo VI. À entrada, os Quatro Evangelistas do escultor Ceschiatti. No interior, Os Anjos, em alumínio fundido, do mesmo escultor, flutuam no espaço. Possui obras de arte de Di Cavalcanti e Athos Bulcão. Ao lado da Catedral, o Campanário, com os sinos Santa Maria, Pinta, Nina, e Pilarica, doados pelo Governo Espanhol. O acervo da Catedral, certamente, justifica a importância do tema em função do empenho efetivado pela divulgação e estabilização do turismo nacional, que se deseja planejado, ordenado, sustentado e, principalmente – no caso de Brasília – preservado.

Palavras-Chave: 1. Turismo. 2. Turismo Cultural Sustentável. 3. Brasília. 4. Preservação da Catedral Metropolitana de Brasília

ABSTRACT

This work develops basic and general reflections about Cultural and Sustainable Tourism, as a basement to come close to the central theme of this study – the preservation situation of the Metropolitan Cathedral of Nossa Senhora Aparecida of Brasília – the nation's capital that was been declared by UNESCO a Cultural Patrimony of Humanity. It adds many topical which refers to the apopee of the city construction, giving emphasis to the memory and cultural patrimony which – that's obvious – are conditioned on the preservation, that nowadays was been another parameter to be consider in the cities management and one of the exigencies of the cultural and sustainable tourism. Standing at the center of South American Continent, Brasília is different from other cities in everything. It is unique and without a clone, starting from its physical and structural aspects. Its modern architecture and strong urban design, until its people's way and quality of life. It is Brazil's most authentic synthesis, with a mix of cultures, customs, beliefs, rhythms, folklore and culinary from all sides of this continental country. Brasília has the most diversified tourism, offering options for Civic, Political, Business, Religious, Mystic, Cultural and Ecological themes. The Metropolitan Cathedral of Nossa Senhora Aparecida, built in honor of the Patron Saint of the nation's capital, the Cathedral is fourteen meters high and holds four thousand persons. On top of sixteen curved columns, interspersed with glass is a metal cross blessed by Pope Paul VI. At the entrance are the statues of the Four Evangelists, carved by Cheschiatti. In the cathedral's interior, the Angels made of aluminum by the same sculptor seem to be hovering in space. The Cathedral also contains works of art by Di Cavalcanti and Athos Bulcão. At one side of the Cathedral, the Belt Tower, with the bells christened Santa Maria, Pinta, Nina and Pilarica, donated by the Spanish Government. The Cathedral pile, of course, justified in function of the determination by the national tourism divulgement and stabilization, it that is wished planned, orderly, sustained, essential in the case of Brasília, preservedly.

Key-words: 1. Tourism. 2. Cultural and Sustainable Tourism. 3. Brasília. 4. Brasília Metropolitan Cathedral preservation.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	10
LISTA DE QUADROS.....	11
LISTA DE SIGLAS.....	12
INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I TURISMO CULTURAL SUSTENTÁVEL.....	15
1.1 TURISMO CULTURAL: EVOLUÇÃO, CONCEITO E CARACTERÍSTICAS.....	15
1.1.1 Evolução Histórica.....	15
1.1.2 Evolução Histórica do Turismo no Brasil.....	20
1.2 CONCEITUAÇÃO.....	35
1.2.1 O Produto Turístico.....	38
1.3 O TURISMO CULTURAL SUSTENTÁVEL.....	40
1.3.1 O Turismo Cultural.....	46
1.3.2 Turismo Cultural Sustentável.....	48
1.3.3 Atrações Turísticas.....	50
1.3.4 Memória e Patrimônio Cultural.....	57
1.3.4.1 Preservação.....	59
CAPÍTULO II BRASÍLIA PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE.....	62
2.1 BRASÍLIA: DO SONHO DE JK À REALIDADE.....	62
2.1.1 Aspectos Históricos.....	62
2.1.2 A Epopéia da Construção.....	66
2.2 ASPECTO FÍSICO E DEMOGRÁFICO.....	71
2.3 A ARQUITETURA.....	74
2.4 OBRAS ARQUITETÔNICAS.....	76
2.5 O TOMBAMENTO.....	77
2.5.1 AS EXIGÊNCIAS.....	80
2.5.1.1 O questionamento quanto à preservação.....	81

CAPÍTULO III A CATEDRAL METROPOLITANA DE BRASÍLIA.....	83
3.1 A CATEDRAL: ASPECTOS GERAIS.....	83
3.1.1 Arquitetura.....	86
3.1.2 O Porquê da Construção.....	88
3.1.3 A Construção.....	89
3.1.4 Atrativos Turísticos.....	90
3.2 PRESERVAÇÃO.....	90
3.2.1 A Responsabilidade da Cúria Metropolitana.....	91
3.2.2 As Reformas.....	94
CAPÍTULO IV ANÁLISE DA SITUAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DA CAPITAL METROPOLITANA DE BRASÍLIA.....	96
4.1 METODOLOGIA.....	96
4.1.1 Resultados.....	96
4.1.2 Análise.....	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	101
ANEXOS.....	107

LISTA DE FIGURAS

Fig. 1 Monumento Rodoviário – Touring Club do Brasil.....	22
Fig. 2 O Baile do Teatro Municipal – Touring Club do Brasil.....	24
Fig. 3 Os Cruzeiros Marítimos – Touring Club do Brasil.....	26
Fig. 4 O Bureau de Informações – Touring Club do Brasil.....	27
Fig. 5 Tipologia do Viajante.....	37
Fig. 6 Aeroporto Internacional de Brasília.....	52
Fig. 7 Detalhes do Lago Paranoá e Ponte JK.....	54
Fig. 8 Primeiros Traços do Projeto Lúcio Costa.....	63
Fig.9 Avenida Central da Cidade Livre (hoje, Núcleo Bandeirante).....	67
Fig. 10 <i>Marco Zero</i> (1957).....	68
Fig. 11 Catetinho.....	69
Fig. 12 Catedral Metropolitana de Brasília.....	84
Fig. 13 Catedral Metropolitana de Brasília.....	85
Fig. 14 Catedral Metropolitana de Brasília – Vitrais de Marianne Peretti.....	88

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Entrada de Turistas no Brasil – 1970-2001.....	30
Quadro 2	O Produto do Turismo.....	38
Quadro 3	Questões Principais na Interpretação do Desenvolvimento Sustentável.....	43
Quadro 4	Turismo Sustentável – Tipos/Compatibilidade.....	44
Quadro 5	Turismo Sustentável – Tipos/Incompatibilidade.....	45
Quadro 6	Diferentes Aspectos do Turismo Cultural – Ameaças.....	48
Quadro 7	Dados Gerais do Distrito Federal.....	72

LISTA DE SIGLAS

AVP.....	Atrações de Visitação a Patrimônio
CNTUR.....	Conselho Nacional de Turismo
CONPRESB.....	Conselho de Gestão da Área Preservada de Brasília
DEPHA.....	Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico
DF.....	Distrito Federal
EMBRATUR.....	Instituto Brasileiro de Turismo
GDF.....	Governo do Distrito Federal
HIV Human Immunodeficiency Vírus.....	(Vírus da Imunodeficiência Humana)
IESB.....	Instituto de Educação Superior de Brasília
INFRAERO.....	Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária
IPHAN.....	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
JK.....	Juscelino Kubitschek de Oliveira
NOVACAP.....	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
OEA.....	Organização dos Estados Americanos
OMT.....	Organização Mundial de Turismo
PEOT.....	Plano de Estruturação e Organização Territorial do Distrito Federal
PNUMA.....	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
RAs.....	Regiões Administrativas
SPHAN.....	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TV.....	Televisão
UnB.....	Universidade de Brasília
UNESCO.....	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USP.....	Universidade de São Paulo

INTRODUÇÃO

O turismo é, certamente, instrumento de um novo modelo de desenvolvimento sustentável, não apenas em função do crescente número de pessoas incorporadas a esse nicho do mercado mas, também em decorrência do volume de recursos que pode gerar para o sistema econômico. Além de impulsionar vários setores da economia incorpora inúmeras possibilidades educativas e culturais.

O turismo, aliado ao desenvolvimento sustentável, cujo objetivo maior é desenvolver o patrimônio cultural, os recursos naturais e o meio ambiente, considera como premissa ser ideal satisfazer a necessidade do momento, sem, entretanto, comprometer a capacidade de atender às gerações futuras, quer seja, sem causar nenhum tipo de impacto negativo sobre o acervo histórico, arquitetônico e cultural.

A reboque do inequívoco crescimento do turismo como atividade econômica produtiva e lucrativa, na fase de escolha do tema sob o qual deveria desenvolver-se este trabalho de final de curso, sentiu-se a necessidade de avaliar a relação intrínseca existente entre o turismo e o fator cultural, já que ambos desempenham um papel preponderante no desenvolvimento do intercâmbio entre os povos.

Durante a revisão bibliográfica, consultando o “Perfil do Turista do Distrito Federal” (Brasília Convention & Visitors Bureau) tomou-se conhecimento de que, estatisticamente, a Catedral é o ponto mais visitado pelos turistas que aportam em Brasília, concentrando 63% deles, mais ainda do que, por exemplo, a Esplanada dos Ministérios e o Palácio da Alvorada. E, ao mesmo tempo, matérias de jornais e revistas locais consultadas comentavam que o estado de preservação dessa igreja, mundialmente notável pelas formas arquitetônicas traçadas por Oscar Niemeyer, estava comprometido. A partir, então, e com a colaboração do professor-orientador - foi delineado um título: “Turismo Cultural Sustentável: Análise da Situação de Preservação da Catedral Metropolitana de Brasília”.

Como explicitado, também através da revisão bibliográfica realizada que, ao turismo cabe, inserido que está no mundo cultural, cuidar da memória social – fazer com que ela aflore, como portadora de historicidade, já que quanto mais for mobilizado o mundo afetivo dos indivíduos, melhor estará se desenvolvendo a manutenção adequada do contexto social -, ainda por que é preciso, a nível social e cultural, reconstruir plenamente o passado para que se consiga ter uma visão mais

transparente do que é o presente e do que possa vir a ser o futuro, causou espécie o fato de que a Catedral Metropolitana de Brasília – tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO - pudesse estar com problemas de manutenção, vendo comprometida sua preservação, o que solidificou como viável o tema escolhido.

Diante desse contexto e já definido o tema, foi colocado o objetivo que deveria fundamentar o estudo: levantar o histórico, descrevendo os bens culturais e patrimoniais existentes, e investigar a atual situação de preservação da Capital Metropolitana de Brasília, averiguando, preferencialmente in loco, a veracidade das informações colhidas e referentes a problemas quanto à sua conservação.

Montado o plano de ação, optou-se, metodologicamente pela linha bibliográfica-descritiva, embasada na coleta de informações, estatísticas e dados fornecidos por autores especializados no assunto e por órgãos públicos e particulares, sendo que, para efeito de organização, o estudo foi dividido em quatro capítulos.

O primeiro refere-se ao turismo cultural sustentável, quando se tratará de sua evolução histórica e caracterização geral, enfatizando seus objetivos.

No segundo, a capital federal será enfocada, a nível de evolução histórica e geográfica, considerada sua arquitetura e os atrativos turísticos, levantando-se, ao final um questionamento quanto à preservação.

O terceiro capítulo tratará, especificamente, da Catedral Metropolitana – construção, arquitetura, bens culturais e preservação.

O quarto e último capítulo trarão uma análise da situação de preservação da Catedral, já apresentando os resultados da pesquisa.

Na Conclusão, as expectativas, dúvidas e posicionamento da autoria serão colocados, e, em Anexos, o material gráfico que se julgou de importância, como complementação do estudo, que se pretende, possa servir de incentivo à outros acadêmicos do Curso que tenham interesse em dedicar-se à temática.

CAPÍTULO I

TURISMO CULTURAL SUSTENTÁVEL

1.1 TURISMO CULTURAL: EVOLUÇÃO, CONCEITO E CARACTERÍSTICAS

Fenômeno social, o turismo está ligado a diversas atividades, envolvendo os três setores da Economia – primário, secundário e terciário. Entretanto, o dinamismo que se conhece hoje, é um acontecimento recente e deu-se, efetivamente, a partir da metade deste século, quando houve melhorias significativas nos sistemas de transportes e comunicações, o que propiciou maior tempo livre ao trabalhador e acréscimo em sua renda, pois novas e diversificadas oportunidades de trabalho foram surgindo; em consequência, a atividade de lazer cresceu, fazendo parte de um mundo em vias de globalização.

1.1.1 Evolução Histórica

Desde a mais remota Antiguidade o homem utiliza as viagens motivado pela curiosidade de conhecer novas terras ou civilizações em estágio de desenvolvimento inferior ou superior à região que habita. Abstraindo-se o nomadismo do homem pré-histórico (cujas migrações ficaram assinaladas por inscrições em todos os continentes) em busca de terras mais férteis, de pastagens mais ricas ou de regiões em que o clima se apresentasse mais ameno, a curiosidade científica forma a base das movimentações em épocas mais remotas.(CASTELLI, 1990)

Maravilhosas são as descrições de viagens dos historiadores gregos, dos mercadores fenícios, dos cronistas romanos que, em muito, serviram para despertar a curiosidade do homem comum até a idade dos descobrimentos. Durante os dias relativamente calmos de dominação romana, o patrício e mesmo o cidadão deram-se ao Turismo com relativa intensidade. O patriciado da cidade dos Césares possuía suas vilas de repouso ou de vilegiatura, suas praias preferidas, suas cidades balneárias, na Península, nas Gálias, na Sicília e no Oriente Próximo. A cidade de Capri, um dos mais atrativos pólos do turismo italiano em nossos dias, já era, durante o reinado de Tibério, um centro turístico, e o próprio imperador instalava sua

corte na ilha por vários e vários meses. Durante a época medieval os grandes turistas eram os comerciantes, por dever de ofício, e os aristocratas falidos, em busca de aventuras, de guerras que lhes permitissem o saque ou terras para conquistar e anexar aos seus domínios. (Atlas Cultural do Brasil, 1990, p. 334)

Com a queda do Império Romano e a sua subsequente desorganização política e econômica, desintegrou-se a autoridade, a organização de transportes, de estradas, a infra-estrutura necessária, como um todo. A segurança que populações da Europa e da África tinham experimentado durante o jugo romano foi substituída pela total insegurança nas estradas e hospedarias, tornando o viajante uma vítima constante de ladrões e bandos militares de salteadores.

Embora a atividade turística organizada só tenha tido início no século XIX, pode-se dizer que o turismo existe desde que a presença do turista se fez notar, em diferentes fases da História, tanto nas linhas de comunicação e meios de transporte empregados, como na organização preparada para recebê-lo. Os centros de peregrinação religiosa, as grandes rotas de seda, as estações balneárias do mundo antigo e medieval, as olimpíadas gregas são alguns exemplos relevantes. A iniciativa de Thomas Cook (Intensive use of the greatest number of people at the lowest cost), em meados do século XIX, nos Estados Unidos, e a criação do Individual Inclusive Tour (IIT) por Bennet, em 1980, são marcos na história do desenvolvimento do turismo. Seguem-se a estes: a fundação de vários clubes alpinos: o britânico em 1857, o austríaco, suíço e italiano em 1863 e o francês em 1874; os primeiros festivais de música em Bayreuth e a fundação da Companhia de Wagons-Lits, ambos em 1876. Em 1891 a American Express Company lança o money order (ordem de pagamento), antecedente do atual traveller's check (cheque de viagem), facilitando extraordinariamente o conforto e a segurança do viajante. (ENCICLOPÉDIA MIRADOR INTERNACIONAL, 1996, p. 11075)

Observa-se, então, que desde tempos remotos o turismo tem sido praticado, haja vista as grandes festas desportivas da Grécia, onde convergiam milhares de forasteiros (que nada mais eram que turistas) para assistir aos seus grandiosos espetáculos, completando seus passeios com tratamentos termais, mesmo por que os estádios, os circos, os teatros e os templos estavam erigidos junto das fontes milagrosas, onde se procurava a cura com a ajuda dos deuses. A própria *Ilíada*¹

¹ *Ilíada*. Poema atribuído a Homero, em 24 cantos, obra prima da poesia épica.

celebrou as termas quentes e frias de Skamardros. Plutarco² deixou para a posteridade um levantamento de diversas estações termais conhecidas na época com a indicação de sua terapêutica.

As viagens turísticas, de uma maneira geral, existiram em todas as épocas. O fenômeno turístico deu-se na Antigüidade, se não com a intensidade e dinamismo atual, pelo menos com características semelhantes. Mosaicos romanos de vivendas à beira-mar representam jogos, piscinas e trajes que demonstram a vida de praia, em tempo de férias.

Com referência à realização de viagens, Bonald (1984) explica que:

O conceito de viagem como o conhecemos surgiu em meados do século XIX, quando um pastor inglês, Thomas Cook, abriu a primeira agência de viagem. Nesta época, na Inglaterra, o turismo era considerado apenas como uma atividade de lazer, não estando presente viagens realizadas por outras motivações, como negócios ou saúde. (1984, p. 42)

O turismo como conhecido hoje - infere-se pelo que foi anteriormente exposto - é, sem dúvida, uma inovação britânica, e o Turismo organizado, em termos de indústria, deve-se à iniciativa de um inglês, amante de jardinagem, Thomas Cook, (já citado neste mesmo item) que teve a idéia de organizar viagens para a classe economicamente privilegiada das ilhas britânicas.

Essas viagens, quase sempre, se dirigiam ao continente europeu, visando o maior conhecimento da arte da jardinagem. Se bem que ainda sujeito a incidentes desagradáveis, o turismo deixava seu estado de aventura, circunscrito a uns poucos homens de audácia, e passava a abranger as classes mais abastadas e ociosas da sociedade européia. Era o turismo de lazer, que nascia. (LA CIERVA, 1962)

Pode-se dizer, contudo, que o turismo é uma conquista do presente século. Tendo surgido da melhoria dos níveis de renda de uma parcela da população, da redução das jornadas de trabalho, que cria um aumento de tempo livre propício ao lazer, bem como da redução do custo relativo das viagens aéreas, entre outras facilidades, o turismo não pode nem deve ser encarado como um fenômeno passageiro.

² Plutarco. Historiador e moralista grego.

Nos primeiros anos que se seguiram à segunda guerra mundial, seu crescimento foi-se fazendo sentir, especialmente entre as camadas abastadas dos Estados Unidos da América, levadas pelo desejo de conhecer a Europa e assistir, in loco, as destruições causadas pela conflagração. (SAN ROMAN, 1979).

Entende-se, interpretando os autores acima citados que o despertar do interesse pelas diversas nações e pelos diferentes povos, provocado pelo incremento dos noticiários internacionais, a facilitação das viagens a grandes distâncias com mais rápidos e baratos meios de transporte originou uma nova atividade econômica nos países que acreditaram na florescente indústria do turismo.

SAN ROMAN (1979) ao analisar o fenômeno do turismo e também SILVEIRA (2003), quando faz o histórico do percurso do turismo no tempo deixam claro que, ainda no século XIX se iniciam as visitas guiadas aos palácios e museus, as excursões a lugares exóticos, como as pirâmides do Egito, ao Taj Mahal (na Índia), à muralha chinesa ou ao túmulo de Cristo, bem como as tarifas especiais para grupos de viajantes e que século XX veria o nascimento da hegemonia do Turismo interno e externo norte-americano, e mesmo, no de exportação. Essa hegemonia que se apresenta depois da I Guerra (1914-1918) se consolida a partir de 1945, logo após a II Guerra Mundial.

Hoje, em âmbito mundial, se entende que tal fenômeno transformou-se em indústria organizada, o que significa que o turismo deve ser planejado como um todo, e ainda, há que ser uma atividade sustentável.

Logo, o turismo é, certamente, instrumento de um novo modelo de desenvolvimento sustentável, não apenas em função do crescente número de pessoas incorporadas à indústria do tempo livre ou do volume de recursos que pode gerar para o sistema econômico. Além de impulsionar vários setores da economia, está incluído entre as indústrias não poluentes e incorpora inúmeras possibilidades educativas. Tratando-se de um fenômeno social, o turismo tem representado um negócio promissor e lucrativo no mundo atual. Por se tratar de uma atividade socioeconômica e cultural que implica no deslocamento voluntário e provisório de uma pessoa ou de grupos, de um lugar para outro, o consumidor/usuário ou cliente é qualificado de “turista”, cujo objetivo, através do ato de viajar, é realizar necessidades diversas. Assim, o turista é considerado como aquele que busca o prazer através de um estado de espírito que o diferencia de outros viajantes. Isto,

por que o turista está sempre respondendo à essência do turismo, quer seja, intensificar seus contatos.

Funari e Pinsky (2003), inclusive, referem-se a essa necessidade quando tratam de responder ao porquê de pessoas se deslocarem, aos milhões:

Por que as pessoas se deslocam, aos milhões? Pelas mais diferentes razões: os objetivos da viagem podem ser o descanso, a diversão, mas também o trabalho, o aprendizado ou o aperfeiçoamento profissional, entre muitos outros. Todas essas movimentações implicam contato humano e cultural, trocas de experiências entre os viajantes e a população local. Essa parece ser a essência mesma do turismo, pois, principalmente com as novas tecnologias, quase tudo se poderia fazer sem sair de nosso ambiente, tanto descansar quanto aprender uma língua estrangeira. Em princípio, portanto, as pessoas só decidem viajar se e quando querem entrar em contato com outros costumes e maneiras de viver, com outros povos e culturas, com outras realidades. (2003, p. 7)

Entende-se, então, que o turismo não deve ser definido apenas como a ação de viajar com objetivos de recreação, descanso, lazer e cultura, mas sim conceituado como um dos fenômenos mais significativos da atualidade, pela soma de setores de atividade que abrange e pelo número de pessoas sobre as quais atua. Seu crescimento adquiriu enormes proporções, não se podendo ignorar a importância que assumiu.

Segundo informações extraídas de SWARBROOKE e HORNER (2002, p. 47-48), o turismo sul-americano tem uma história que data de algumas décadas, mas na verdade, só veio a conhecer um crescimento expressivo a partir da década de 60. Em 1990, a World Tourism Organization registrou que entre 1950 e 1960, o número de chegadas internacionais apresentou um crescimento discreto: de 410.000 para 426.000. Mas, em 1970 os números passaram para 2.422.000, atingindo aproximadamente oito milhões de chegadas em 1989.

Nos primeiros dias do turismo na América do Sul, os cruzeiros eram um produto importante, e as viagens aéreas ali se desenvolveram rapidamente no período entreguerras, época em que cidades como Buenos Aires eram vistas como lugares sofisticados para se viajar.

O turismo de negócios tem marcado presença na região há décadas, em razão da exploração de colheitas como a do café e de importantes matérias-primas,

como os nitratos utilizados nas indústrias de fertilizadores, além das minas de estanho, por exemplo.

Nas últimas décadas, tem se constatado a ascensão de novas formas de turismo na América do Sul, como visitas a patrimônios culturais do Peru e viagens para o carnaval do Rio de Janeiro, no Brasil.

A instabilidade política tem sido sempre um fator inibidor do desenvolvimento turístico de alguns países, como a Bolívia e o Paraguai. Contudo, essa mesma instabilidade tornou-se um motivador importante para um pequeno nicho de mercado, composto de viajantes aventureiros.

Nos últimos anos, o mercado para a América do Sul como destinação tem se desenvolvido consideravelmente na Espanha e em Portugal, devido ao compartilhamento da língua e ao crescimento da opção por férias no exterior da parte de turistas espanhóis e portugueses.

Em 1990, de acordo com a Organização Mundial de Turismo (OMT), os países que mais atraíram o turismo internacional na América do Sul foram os seguintes: Argentina (1 951 000 turistas); Brasil (1 929 000 turistas); Venezuela (615 000 turistas) e Colômbia (541 000 turistas).

Contudo, não se pode ignorar o fato de que alguns desses países dispõem, também eles, de mercados significativos para o turismo interno, sobretudo a Argentina e o Brasil.

1.1.2 Evolução Histórica do Turismo no Brasil

O turismo no Brasil inicia-se após a Independência, com viagens esporádicas de cientistas em busca do exótico, atraídos pela flora e pela fauna do País. Antes disso só um reduzido número de privilegiados conseguia do Governo de Lisboa, a quem praticamente e à época, cabia a administração do Brasil, permissão para viajar à colônia sul-americana. A transferência da corte Imperial para o Rio de Janeiro veio melhorar essa interdição aos estrangeiros, mas foi somente após o Grito do Ipiranga que os europeus, em sua maioria, tiveram permissão para viajar pelo Brasil.

Essas viagens representaram números inexpressivos. Note-se que a carência dos serviços de transporte, comunicação e hotelaria, e sobretudo a incompreensão quanto aos benefícios de um efetivo intercâmbio turístico por parte dos organismos oficiais e do empresariado, concorreram para manter tal situação. Mas tais viagens,

embora esporádicas e em pequeno número, são hoje consideradas importantíssimas para a reconstituição de nosso passado, desde que a maioria desses visitantes deixou, por escrito, depoimentos sobre a fauna e a flora ou sobre os costumes de nossos antepassados, depoimentos esses que, em certos casos, formam grande parte da memória nacional e que vêm sendo utilizados pelos pesquisadores, intérpretes e sociólogos, numa tentativa de reconstituir os diferentes estágios do desenvolvimento nacional. (SILVEIRA, 2003)

Já na década de 1920, segundo informações colhidas de FUNARI e PINSKY (2003. p. 20):

... a preocupação em valorizar o que era brasileiro tomou forma na produção dos intelectuais modernos, como Mário de Andrade, por meio de pesquisas etnográficas e da literatura. Expressava-se, também, nos projetos dos arquitetos, como Lúcio Costa, que participaram do movimento neocolonial, voltado para a busca da valorização da herança portuguesa e colonial para a composição de uma arquitetura “autenticamente nacional”. E, ainda, por projetos de lei de criação de órgãos de proteção ao patrimônio apresentados ao legislativo federal e pela criação, na Bahia, em 1927, e em Pernambuco, em 1928, de Inspetorias Estaduais de Monumentos Nacionais, cuja atuação se limitou ao inventário de bens locais.

Ainda neste item do trabalho é importante definir a importância do Touring Club do Brasil, para o incremento do turismo, cuja fundação deu-se em 1923, sob a denominação de Sociedade Brasileira de Turismo. Foi uma das inúmeras expressões cívicas que se seguiram às comemorações do Centenário da Independência do Brasil, criada para divulgar os recursos turísticos do país junto às então chamadas *classes superiores de nossa sociedade* – e reverter assim a *monomania* de Europa que dominava as elites – a Sociedade descobriu cedo o anacronismo de muitos conceitos burocráticos e sociais prevalecentes no país e trabalhou obstinadamente para modernizá-los. (TOURING SERV-ON-LINE, 2005)

A partir da criação dessa entidade, começou a ser escrita uma história de rara grandeza entre as instituições civis brasileiras, feita de talento, pertinácia e espírito nacionalista. Já na década de 1920, implantando o Monumento Rodoviário³ (Figura

³ O Monumento Rodoviário (km 89 da Estrada de Rodagem Rio-São Paulo, hoje pista e descida da Rodovia Presidente Dutra, trecho da Serra das Araras, foi construído pelo Touring Club do Brasil a partir de 1928, para assinalar o início da Era Rodoviária do Governo de Washington Luís.

n.1) para assinalar a política do "presidente-estradeiro" Washington Luís, que tardiamente chegava ao país, a Sociedade Brasileira de Turismo combateu a retrógrada campanha contra as "estradas de bobagem". (TOURING-SERV-ON-LINE, 2005)



Fig. 1 Monumento Rodoviário – Touring Club do Brasil

Fonte: *Touring Serv-On Line*, 2005

Na realidade, esse clube de serviços antecipou-se ao governo brasileiro no que tange à informação, sinalização e cartografia rodoviárias. Em um País onde os documentos veiculantes só tinham validade municipal e alguns estados adotavam ainda, a mão-inglesa, a partir de sua fundação, a sociedade, de um modo geral, passou a conscientizar-se da necessidade de infra-estrutura nacional que facilitasse a vida não só dos brasileiros, mas também daqueles que visitavam o Brasil.

Congressos foram organizados enfocando o trânsito e, em decorrência a facilitação das viagens, e tiveram como resultado a padronização de documentos e leis de trânsito mais avançadas.

Nos anos 30 foi criada a “Caderneta de Tráfego Interestadual”, que fazia, então, o papel da Carteira Nacional de Habilitação, que não existia.

Nessa mesma década, quando foguetes de sinalização e prancha para atravessar cheias eram equipamentos obrigatórios para uso dos motoristas brasileiros, as placas de informações turísticas e o Plantão Rodoviário da Sociedade – que premiava radiotelegrafistas das Secretarias de Agricultura para que informassem sobre condições das estradas – anteciparam-se aos poderes públicos em informação, sinalização e cartografia. A Carta Rodoviária do Brasil, a primeira a ser publicada no país, foi tão precisa e inédita, que os originais cartográficos foram doados ao Exército.

Com o Baile do Municipal e o curso pela Atlântica, foram criados os mitos do Carnaval carioca e da “Princesinha do Mar”, que serviram de embrião ao turismo cultural e de lazer. Começava a divulgação do Brasil no exterior, e isso, em 1926, já que, com o Baile do Teatro Municipal⁴, os concursos de músicas carnavalescas, os banhos de mar à fantasia e o curso pela Avenida Atlântica, mostraram ao mundo uma nova opção de viagem: o Rio de Janeiro. (Vide Foto n. 2)

A revista *O Cruzeiro*, em seu primeiro número (1928) comprova a intenção de incrementar o Turismo brasileiro. No *site* “Memória Viva” está disponibilizada uma matéria sob o título “Rio de Janeiro através da concepção do professor Agache”, na qual está inserido o seguinte trecho:

Em frente á barra da Guanabara, no terreno que se conquistará ao mar pela rectificação do incongruente sacco da Glória, ficará a praça monumental - vestibulo sumptuoso da cidade - reservado ao desembarque das grandes personalidades que aqui aportarem e naturalmente destinado ás manifestações, comícios e demonstrações do povo por se tornar o logradouro de maior area e o principal centro da metropole. (*O Cruzeiro*, 10 nov. 1928)

⁴ Para transformar o carnaval carioca em produto turístico, o Touring Club do Brasil criou, em 1932, os banhos de mar à fantasia, os concursos de marchas carnavalescas, o curso pela Avenida Atlântica e o Baile do Municipal que administrou até 1934 e depois passou para a responsabilidade da Prefeitura.



Fig. 2 O Baile no Teatro Municipal

Fonte: *Touring Serv-On Line*, 2005.

Os jornais da época reconheciam que os folhetos em três idiomas, que já estavam sendo publicados, as reportagens nas revistas especializadas dos clubes estrangeiros e os estandes montados nas grandes exposições internacionais, além das obras civilizadoras nos portos do Rio e Salvador, fizeram do Brasil escala obrigatória de todos os transatlânticos de turismo e, do Rio de Janeiro, o porto por onde mais tempo se demoravam essas luxuosas cidades-flutuantes.

Vale ressaltar que o Brasil é um dos países que apresenta excelentes condições naturais para o desenvolvimento do turismo marítimo, possuindo um extenso litoral, com mais de sete mil quilômetros, banhado pelo oceano Atlântico, além do seu clima tropical e de um cenário natural favorável, efetivamente propiciando a prática desse tipo de turismo, que, hoje, está em plena expansão em todo o mundo. Logo, o início de que se falou no parágrafo anterior, certamente, tem tido continuidade, evidente que inserido na modernidade.

Assim foi se formando a mentalidade turística brasileira, e as viagens marítimas começaram a ser realizadas. Entendeu-se – tanto o governo brasileiro como as organizações ligadas à realização de viagens – ser necessário intensificar o turismo, trazendo para o país turistas estrangeiros que poderiam colaborar para o

incremento da economia nacional e reforçar a conscientização sobre a necessidade de desenvolver-se o pólo turístico. Não se pode negar, portanto, a existência, já nessa época (década de 1930), de uma mobilização referente à importância do turismo como elemento de grande impacto na geração de emprego e renda na economia.

Em 1932, houve o primeiro cruzeiro turístico⁵ que singrou as águas dos grandes rios amazônicos. Foi o *Mensageiro do Progresso*, título que lhe deu a imprensa do Norte e Nordeste, impressionada com as compras dos turistas nas cidades de escala. Foi também, mais tarde, o *Mensageiro da Cultura*, com as exposições e feiras flutuantes que levavam ao Norte a recém-criada Petrobrás, as obras do Aleijadinho e outras manifestações do Sul do país. (Figura n. 3)

Os hoje conhecidos pontos turísticos brasileiros começaram a ser explorados. As cachoeiras de Paulo Afonso vão sendo reveladas ao turismo brasileiro e a abrir, aos olhos dos turistas estrangeiros, uma maravilha nacional ímpar. Ouro Preto foi recuperado da decadência e começou a ser visitado pelas excursões culturais em trens fretados, que deram um conforto desconhecido às viagens por terra; implantou entre os brasileiros a prática do *week-end* e foi aberta a campanha pela proteção ambiental. É criado o primeiro Parque Nacional do Brasil, na Serra dos Órgãos.

Percebe-se, pela análise das obras consultadas para a realização desta monografia e que estão listadas em Referências Bibliográficas que o governo brasileiro já estava tratando de consolidar o turismo como motor de desenvolvimento socioeconômico, providência esta até hoje desenvolvida.

A comemoração da *Semana da Asa* em homenagem à conquista genial de Santos Dumont no campo da aviação (1935), e a retificação da Rio - São Paulo, foram duas providências bastante acertadas quanto ao desenvolvimento turístico, justamente por que ativaram a conscientização referente à infra-estrutura nacional que seria – indubitavelmente – oferecida aos turistas estrangeiros e que, assim sendo, teria de ser melhorada e mais: preservada.

⁵ Os cruzeiros marítimos, lançados pelo Touring Club do Brasil, em 1932, mudaram a face do turismo brasileiro. O Cruzeiro ao Norte era apoiado pelo Governo Federal e chamado de *Mensageiro do Progresso*, em função das exposições culturais e industriais que levava à bordo e pelos gastos dos turistas nos portos do Nordeste e da Amazônia.

No que diz respeito à memória nacional, campanhas contínuas realizadas foram intensificando a importância dos personagens ilustres e históricos que colaboraram para o incremento do desenvolvimento histórico e cultural brasileiro.

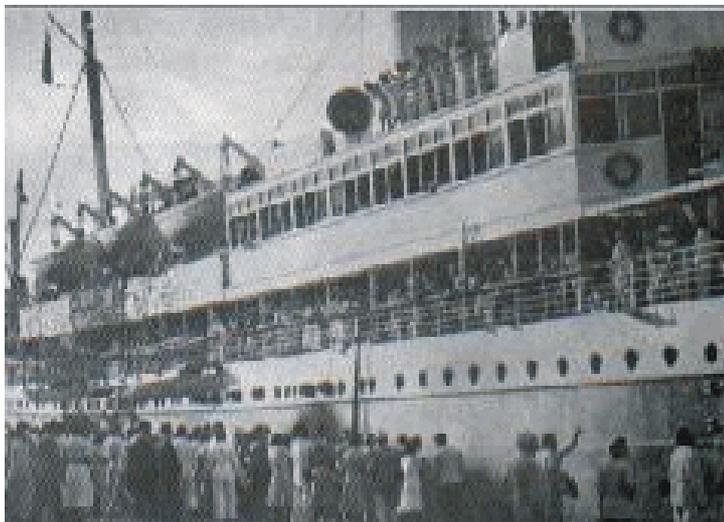


Fig. 3 Os Cruzeiros Marítimos – Touring Club do Brasil
Fonte: *Touring Serv-On Line*, 2005.

Diante do exposto neste item do trabalho em tela, não se pode negar que o Touring Club tenha sido, de fato, o primeiro órgão oficial de turismo no país, e também não se pode deixar de citar a criação do primeiro *Bureau* de Informações⁶, inaugurada no Rio de Janeiro, em 1929. (Figura n 4)

Em 1934, O Itamaraty designou o Touring Club do Brasil como Órgão Oficial para Fomento do Turismo na América do Sul, expressando o reconhecimento nacional a uma das poucas instituições do país a acumular sete décadas de serviços à causa pública (*Touring-Serv-on-Line*, 2005).

À época, Getúlio Vargas era o Presidente do Brasil e reinava o populismo, que chegou a seu auge em 1956 – com o regime democrático ameaçado, o turismo brasileiro também sofreu um impacto, ligeiramente suavizado a partir da posse de Juscelino Kubistchek, 31 de janeiro de 1956.

⁶ O *Bureau* de Informações que o Touring Club do Brasil inaugurou em 1929, na Estação Marítima do Porto do Rio, foi a primeira instalação no Brasil voltada para a recepção do visitante estrangeiro.



Fig. 4 O Bureau de Informações – Touring Club do Brasil
Fonte: *Touring Serv-On Line*, 2005.

Segundo informações extraídas de BENEVIDES (1976), “depois de um período de instabilidade política, o governo JK conseguiu combinar rápido crescimento econômico com uma razoável estabilidade política”. Entretanto, de 1961 a 1964, os comentários de VILLA (2001, p. 33), a respeito da situação política e cultural do Brasil que poderiam impactar o turismo, são mais animadores:

Nessa época, o Brasil parecia um caldeirão! Enquanto os brasileiros se organizavam para conquistar reformas econômicas e políticas, a imagem do país ganhava o mundo, através de seus atletas, de sua música, do cinema, enfim, do talento de seu povo: a seleção brasileira de futebol conseguiu o bi-campeonato mundial no Chile vencendo, no final, a seleção da Checoslováquia; no boxe, pela primeira vez, um pugilista brasileiro – Éder Jofre – obteve o cinturão dos pesos-galo; no tênis, prosseguia a carreira vitoriosa de Maria Ester Bueno, vencedora de diversos torneios importantes, como o de Wimbledon; a bossa-nova conquistava o público internacional; o cinema brasileiro foi premiado no Festival de Cannes, em 1963, com o filme *O Pagador de Promessas*, dirigido por Anselmo Duarte; as linhas arquitetônicas dos prédios de Brasília saíam do planalto central e ganhavam o mundo.

Em 1966, a Política Nacional de Turismo fica definida, com a criação dos órgãos responsáveis pela sua formulação e execução: o CNTUR (Conselho Nacional de Turismo) e a EMBRATUR (então, Empresa Brasileira de Turismo).

A EMBRATUR foi criada no Rio de Janeiro, em 18 de novembro de 1966, como Empresa Brasileira de Turismo. Sua criação representou um marco na história da administração pública no Brasil, sendo a primeira empresa pública do país. Em 1966, o então ministro da Indústria e do Comércio Paulo Egydio Martins, apresentou a 1ª Exposição de Motivos para a criação do órgão, bem como Projeto de Lei, ao Presidente da República, Humberto de Alencar Castelo Branco. Já na exposição foi indicada a contribuição para a economia nacional que o turismo traz enquanto fonte de geração de divisas e empregos. Além disso, havia também a necessidade de ampliação do parque hoteleiro e fiscalização das atividades das agências de viagens. Àquela época, a divisão de Turismo e Certames, então pertencente ao ministério da Indústria e do Comércio e encarregada dos assuntos do turismo, não podia mais atender as necessidades de expansão da indústria do turismo.

Em 1986, conforme explicam CARVALHO e BRITO (1994, p. 65), “chegamos ao máximo em termos de turismo receptivo, quando recebemos 1.900.000 turistas estrangeiros. De 1986 a 1990, perdemos 900 mil turistas no exterior”.

Em 28 de março de 1991, a lei número 181 sanciona nova denominação da EMBRATUR, atual Instituto Brasileiro de Turismo, autarquia vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República, com a finalidade de “formular, coordenar, executar e fazer executar a Política Nacional de Turismo”.

CARVALHO e BRITO (1994, p. 65) ainda complementam a análise anteriormente citada, afirmando que “de 1990 para cá, ainda que de forma gradual, estamos recuperando. Em 1991, chegamos a 1.192.000 turistas e as estatísticas da EMBRATUR apontaram cerca de 1.450.000 para 1992”.

Em 1992, o decreto número 448 estabeleceu diretrizes da Política Nacional de Turismo baseadas na “prática do turismo como forma de promover a valorização e preservação do patrimônio natural e cultural do País e a valorização do homem como destinatário final do desenvolvimento turístico”. (EMBRATUR, 2005)

E, ainda, resta ressaltar os comentários feitos por CARVALHO e BRITO (1994, p. 65) constante da análise realizada quanto ao turismo brasileiro:

Em 1992, a Conta Dólar Turismo, do Banco Central, que é o indicador de maior credibilidade de que dispomos, diz que o turismo gerou receita em torno de US\$ 1,4 bilhão. Com essa performance ridícula, ainda assim, ocupamos o quarto lugar na pauta de exportações. Estamos, inclusive, na frente da soja e do suco de laranja. É desnecessário falar da importância do turismo para uma platéia esclarecida. O turismo é aquela indústria que pode gerar empregos de imediato, a curto prazo, proporcionando aos que não têm mão-de-obra qualificada condições de serem absorvidos pelo mercado. Um estudo encomendado pela EMBRATUR, em 1991, entregue em 1992 pela Organização Mundial do Turismo (OMT), mostrou que o turismo no Brasil tem impacto direto sobre 52 itens da nossa economia.

Segundo a análise dos autores supracitados, esses itens são: agências de viagens, hotelaria, companhias aéreas, indústria têxtil, de móveis, eletroeletrônica, dentro outras. Somente na eletroeletrônica – afirmam eles – foram contabilizados cerca de 600 mil aparelhos de televisão que o turismo absorve no país. E, sendo assim, concluem tais autores: “podemos todos imaginar o que essa indústria poderia proporcionar ao país, contribuindo para o seu desenvolvimento, se recebesse o devido apoio”.

No caso específico de Brasília, cujo potencial turístico será explorado neste estudo, o turista encontra uma ampla e moderna estrutura de serviços a seu dispor. Brasília possui o terceiro parque hoteleiro do país. Seu aeroporto é o terceiro em movimento de passageiros no país, tendo desembarcado mais de 2.394.017 passageiros nacionais e internacionais no ano de 2000, 5.1% a mais que no ano anterior, segundo estudo da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (INFRAERO), publicado no anuário estatístico da EMBRATUR de 2001. O turismo receptivo brasiliense conta, ainda, com inúmeras agências de viagens, locadoras de veículos, serviços de radiotáxis, museus, bares, templos religiosos, casas de câmbio, entre outros tantos atrativos. (EMBRATUR, Perfil do Turista do Distrito Federal, 2001, p. 9)

Uma noção mais objetiva a respeito do desenvolvimento do turismo brasileiro pode ser formulada pela análise dos dados contidos no quadro 1:

Quadro 1 Entrada de Turistas no Brasil – 1970-2001

ANOS	Nº DE TURISTAS
1970	287.926
1971	342.961
1972	399.127
1973	480.267
1974	517.967
1975	555.967
1976	634.595
1977	787.316
1979	1.081.799
1980	1.625.422
1981	1.357.879
1982	1.146.681
1983	1.420.481
1984	1.595.726
1985	1.735.982
1986	1.934.091
1987	1.929.053
1988	1.742.897
1989	1.402.897
1990	1.091.067
1991	1.228.178
1992	1.652.078
1993	1.641.138
1994	1.991.416
1995	2.665.508
1996	2.849.750
1997	4.818.084
1998	5.107.169
1999	5.313.463
2000	4.722.575
2001	3.783.400

Fonte: Embratur, Anuário Turístico, 2003.

Entretanto, em 2002, no Relatório de Resultados do Fórum de Competitividade da Cadeia Produtiva, são identificados os seguintes problemas, referentes ao turismo brasileiro: burocracia no transporte fronteira; má conservação da malha rodoviária e falta de segurança nas estradas; baixa ocupação da infraestrutura hoteleira implantada; falta de uma política de segurança alimentar; marketing inadequado e restrito; falta de capacitação de pessoal para hotéis, bares e restaurantes; e polícia (orientação ao turista) e dificuldades de acesso e financiamento por parte das pequenas e médias empresas. (EMBRATUR, 2005)

Como ocorre em qualquer outro país do mundo, é necessário dividir os dois tipos diferentes de turismo: o interno e o externo. Entende-se por turismo interno o deslocamento de brasileiros dentro de suas próprias fronteiras. Atualmente, esse tipo de turismo já atingiu expressivo estágio, quer em organização, quer em números globais, para os índices de desenvolvimento econômico brasileiro.

O brasileiro das grandes cidades, principalmente do Centro-Sul, já se acostumou a viajar em suas férias e esse hábito não se encontra mais circunscrito à camada economicamente privilegiada do País. As diferentes classes da pequena burguesia utilizam facilidades as mais variadas para deslocar-se em busca de estações de repouso e de entretenimento cultural nas cidades históricas, ou de diversões ao ar livre, em localidades balneárias. Em relação às viagens domésticas, em 2001, o número de turistas alcançou 41 milhões, contra 38,2 milhões em 1998. Os meios de transporte mais utilizados são os ônibus de linha (36,6%) e o automóvel próprio (30,9%). A forma de hospedagem mais freqüente é a casa de amigos (66%). A duração média das viagens era de 10,8 dias, o gasto médio é de 253,5 reais e apenas 7,7% dos turistas utilizam os serviços de agências especializadas. A maior parte dos turistas sai de São Paulo, Estado que também recebe o maior número de viajantes. A cidade mais visitada do país é era a capital paulista, seguida de Rio de Janeiro, Fortaleza, Salvador, Natal e Porto Alegre. (EMBRATUR, 2003)

A pesquisa demonstrou que o turismo internacional desviava um contingente pouco expressivo para o Brasil, se comparado aos europeus ou norte-americanos. Segundo dados veiculados pela EMBRATUR, 4,8 milhões de turistas visitaram o país em 2001, ou 9,4% menos do que em 2000. Na média, o viajante tem renda anual de 34.727 dólares, permanece 12 dias no país e gasta 81,2 dólares por dia, valor que não inclui hospedagem nem transporte. Os turistas argentinos continuam sendo os mais assíduos e o Rio de Janeiro, o principal destino: 28,8% da preferência, seguido por São Paulo (17%) e Florianópolis (15,8%). A maior parte dos viajantes estrangeiros hospeda-se em hotel (69,8%), 21,7% utilizam o serviço de agências de viagens e 64,8% já conheciam o país. A sinalização, limpeza pública e comunicações, nessa ordem, são os maiores alvos de reclamação dos estrangeiros. No entanto, 97,1% declaram intenção de voltar ao Brasil. (EMBRATUR, 2003)

Hoje, o turismo brasileiro é encarado com seriedade e pode, efetivamente, tornar-se um eficiente anteparo aos males da crise, caso as políticas públicas se voltem, também com seriedade, ao setor.

Em termos genéricos, por políticas públicas se entende as ações do Estado orientadas pelo interesse geral da sociedade. Na ótica de HÖFLING (2001, p. 31), “podemos entender a noção de políticas públicas como o Estado em ação. (...) É o Estado implantando um projeto de governo através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade”. Segundo BARRETO *et alii* (2003, p. 33):

No turismo, o papel das políticas públicas deveria ser o de propiciar o desenvolvimento harmônico dessa atividade. Cabe ao Estado construir a infra-estrutura de acesso e a infra-estrutura básica urbana – que também atende à população local – e prover de uma superestrutura jurídico-administrativa (secretarias similares) cujo papel é planejar e controlar que os investimentos que o Estado realiza – que permitem o desenvolvimento da iniciativa privada, encarregada de construir os equipamentos e prestar os serviços – retornem na forma de benefícios para toda a sociedade.

O Plano Nacional do Turismo, como disposto na estruturação do documento, “é o instrumento de planejamento do Ministério do Turismo que tem como finalidade explicitar o pensamento do Governo e do setor produtivo e orientar as ações necessárias para consolidar o desenvolvimento do setor do turismo”. (PNT, 2003, p. 15)

O PNT, em sua premissa maior, tem por objetivo central investir no turismo brasileiro que, “pela natureza de suas atividades e pela dinâmica de crescimento dos últimos dez anos, é o segmento da economia que pode atender, de forma mais completa e de maneira mais rápida, os desafios colocados, especialmente se for levada em conta a capacidade que o turismo tem de interferir nas desigualdades regionais, amenizando-as, visto que, destinos turísticos importantes no Brasil estão localizados em regiões mais pobres e, pelas vias do turismo, passam a ser visitadas por cidadãos que vêm dos centros mais ricos do país e do mundo”. (PNT, 2003, p. 4) Em seu diagnóstico geral, o PNT chega à conclusão de que “o Brasil, apesar dos avanços obtidos nos últimos anos, está longe de ocupar um lugar no cenário turístico mundial compatível com suas potencialidades e vocações.

A falta de articulações entre os setores governamentais tem gerado políticas desencontradas, fazendo com que os poucos recursos destinados ao setor se percam em ações que se sobrepõem ou que não estão direcionadas para objetivos comuns.

A falta de articulação também se faz presente entre os setores público e privado, agravando os problemas existentes, tais como: ausência de um processo de avaliação de resultados das políticas e planos destinados ao setor; insuficiência de dados, informações e pesquisas sobre o turismo brasileiro; qualificação profissional deficiente dos recursos humanos do setor, tanto no âmbito gerencial quanto nas habilidades específicas operacionais; inexistência de um processo de estruturação da cadeia produtiva impactando a qualidade e a competitividade do produto turístico

brasileiro; regulamentação inadequada da atividade e baixo controle de qualidade na prestação de serviços com foco na defesa do consumidor; superposição dos dispositivos legais nas várias esferas públicas, requerendo uma revisão de toda legislação pertinente ao setor; oferta de crédito insuficiente e inadequada para o setor turístico; deficiência crônica na gestão e operacionalização de toda infraestrutura básica (saneamento, água, energia, transportes) e turística; baixa qualidade e pouca diversidade de produtos turísticos ofertados nos mercados nacional e internacional; insuficiência de recursos e falta de estratégia e articulação na promoção e comercialização do produto turístico brasileiro.

O PNT está estruturado em objetivos bem delineados, a partir dos quais derivam os macro-programas, programas, ações e metas direcionadoras ao turismo, a partir de 2003 e até 2007. São eles: desenvolver o produto turístico brasileiro com qualidade, contemplando nossas diversidades regionais, culturais e naturais; e estimular e facilitar o consumo do produto turístico brasileiro nos mercados nacional e internacional.

Como objetivos específicos, o PNT relaciona: dar qualidade ao produto turístico; diversificar a oferta turística; estruturar os destinos turísticos; ampliar e qualificar o mercado de trabalho; aumentar a inserção competitiva do produto turístico no mercado internacional; ampliar o consumo do produto turístico no mercado nacional; e aumentar a taxa de permanência e gasto médio do turista.

Com relação às metas inclusas no PNT, correspondentes ao período 2003-2007, estão elencados os seguintes itens: criar condições para gerar 1.200.000 novos empregos e ocupações; aumentar para 9 milhões o número de turistas estrangeiros no Brasil; gerar 8 milhões de dólares em divisas; aumentar para 65 milhões a chegada de passageiros nos vôos domésticos; ampliar a oferta turística brasileira, desenvolvendo, no mínimo, três produtos de qualidade em cada Estado da Federação e Distrito Federal. (PNT, 2003)

No que se refere a este último item, vale reproduzir as intenções propostas no documento elaborado pelo Ministério do Turismo, referente ao Plano Nacional do Turismo (PNT):

A oferta turística do Brasil tem se configurado pela promoção de poucos destinos em áreas pontuais, gerando produtos de apelo receptivo.

Os produtos atualmente ofertados não contemplam a pluralidade cultural e a diversidade regional brasileira. Existe um potencial a ser revelado e trabalhado no

interior do país, e uma urgente necessidade de encontrar alternativas de desenvolvimento local e regional.

Desejamos desenvolver o turismo com base no princípio de sustentabilidade, trabalhando de forma participativa, descentralizada e sistêmica, estimulando a integração e a conseqüente organização e ampliação da oferta. (Grifo nosso)

O efetivo envolvimento dos governos estaduais, dos parceiros estratégicos, do setor privado, dos municípios e da comunidade é fundamental neste processo. Dessa forma, cria-se o ambiente para alcançar a qualidade, a diversidade e competitividade do produto turístico brasileiro.

Com a meta estipulada teremos, no mínimo, 81 produtos ofertados, proporcionando condições para o aumento do fluxo doméstico e internacional de turistas e melhorando as condições socioeconômicas dos municípios e regiões.

Nesse contexto, torna-se importante ressaltar que as metas supra-citadas, previstas no âmbito do PNT, são desafiadoras, e, como previstas para o período 2003-2007, estão na dependência do entusiasmo e da determinação. Logo, sua consecução plena somente será possível mediante um esforço conjunto entre agentes públicos e privados, no sentido de edificar-se uma estrutura turística integrada e contínua, embasada na força das parcerias e na gestão descentralizada. (PNT, 2003)

1.2 CONCEITUAÇÃO

Para BENI (2001, p. 39), “a conceituação de turismo não implica em uma simples definição, já que tal fenômeno ocorre em distintos campos de estudos concorrentes de pensamentos”. A EMBRATUR, ao definir turismo, escolhe uma expressão mais completa:

Define-se turismo como uma atividade econômica representada pelo conjunto de transações, compra e venda de serviços turísticos, efetuadas entre os agentes econômicos do turismo. É gerado pelo deslocamento voluntário e temporário de pessoas para fora dos limites da área ou região em que têm residência fixa, por qualquer motivo, excetuando-se o de exercer alguma atividade remunerada no local que visita (EMBRATUR, 2002)

Segundo MONTEJANO (2001, p. 3):

Devemos entender como turista todo o visitante que reside em um País e que viaje para um lugar dentro do mesmo, todavia diferente de seu ambiente habitual, que efetue uma estada de, pelo menos, uma noite, porém não superior a seis meses, e cujo motivo principal da visita não é o de exercer atividade remunerada no lugar visitado.

À ótica de SARTOR (1997, p. 19), “o turismo é considerado um fenômeno ligado à civilização moderna. É entendido como uma atividade temporal do homem fora de sua residência habitual, por razão diferente daquela de exercer uma atividade remunerada”.

Na década de 70, a Organização dos Estados Americanos (OEA) considerou, como turismo, a definição apresentada por Roberto Boullón (apud BONALD, 1984, p. 47):

Turismo é uma atividade econômica do setor terciário que consiste no conjunto de serviços vendidos ao turista. Os ditos serviços estão necessariamente inter-relacionados, de maneira que a ausência de um deles dificulta e até impede a venda ou a prestação de todos os outros; além disso, tem a peculiar característica de que só é possível ser produzido em locais rigidamente predeterminados, pra os quais se deslocam os turistas, ainda que sua venda se realize fora dele, quer dizer, no ponto de origem da demanda. Difere das demais vendas, porque não há uma distribuição do produto, visto como o consumidor é quem viaja à fonte de produção.

No entendimento expresso por THEOBALD (2002, p. 40):

Todos os viajantes que exercem a atividade turística são considerados “visitantes”. O termo “visitante” tornou-se, pois, o conceito fundamental no qual se baseia todo o sistema das estatísticas de turismo. Uma divisão secundária do termo refere-se a duas categorias: 1) Turistas (visitantes por uma noite); 2) “Visitantes por um dia” (antes chamados “excursionistas”). Portanto, para fins estatísticos, o termo “visitante” pode ser definido como “qualquer pessoa que viaja para um lugar que não seja seu ambiente costumeiro por menos de doze meses e cujo objetivo principal seja outro que não o exercício de uma atividade remunerada no local visitado.

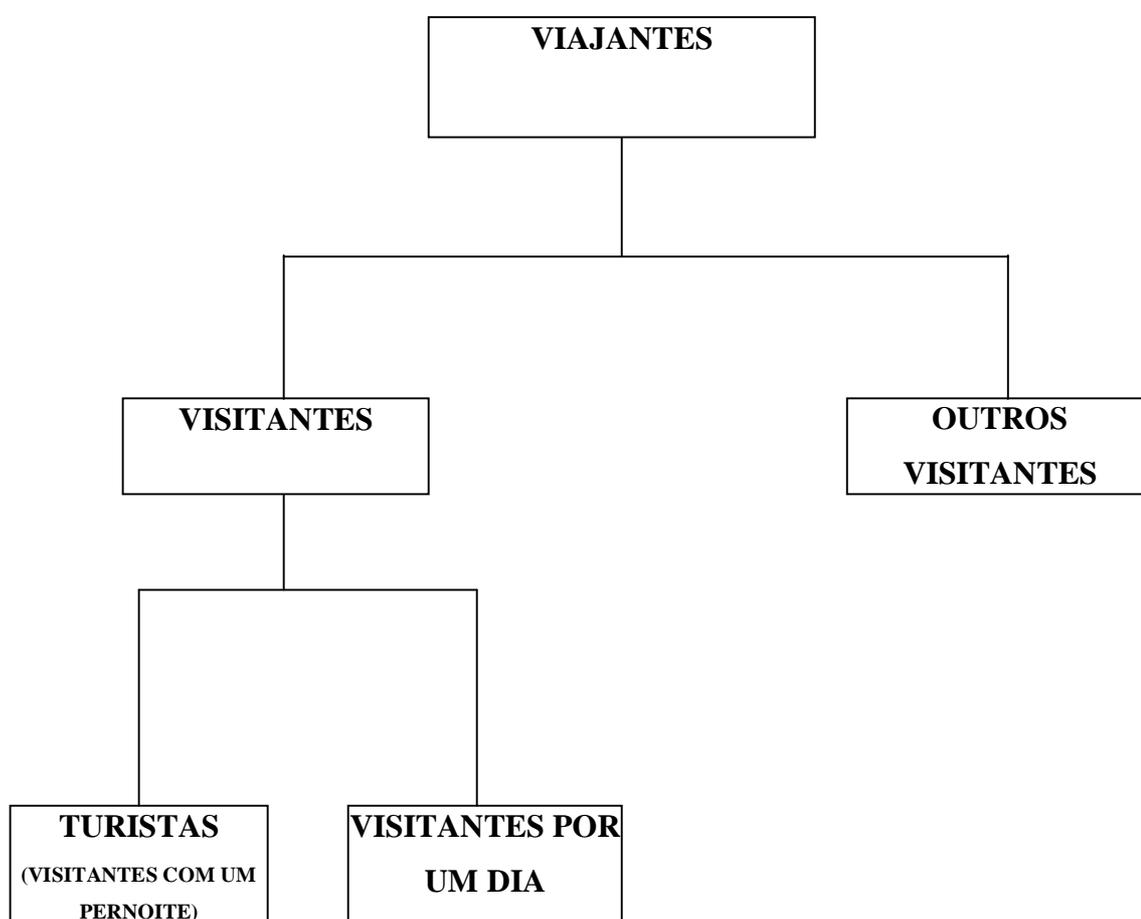
Logo, existe uma distinção entre dois tipos de viajantes: *visitantes* e *outros viajantes*. THEOBALD (2002, p. 40) caracteriza essa distinção, explicando que as unidades turísticas básicas dizem respeito apenas a indivíduos/famílias que realizam

atividades turísticas e, logo, podem ser considerados unidades estatísticas nas pesquisas.

À ótica do mesmo autor, o termo “viajantes” inclui todos os indivíduos que viajam entre duas ou mais localidades geográficas, quer em seu país de residência (viajantes domésticos), quer entre países (viajantes internacionais).

A Figura 5, colocada a seguir, serve para evidenciar a distinção esclarecida pelo autor supracitado.

Fig. 5 Tipologia do Viajante



Fonte: Associação de Pesquisa de Viajantes e Turismo.

A conceituação de turismo direciona para a compreensão de que tal prática deve ser encarada como um dos fenômenos mais significativos da atualidade, pela soma de setores de atividade que abrange e pelo número de pessoas sobre as quais atua. Seu crescimento adquire enormes proporções, não se podendo ignorar a importância que assume. Logo, diante da definição que se escolhe para efeito deste

estudo, elaborada e veiculada pela EMBRATUR, o turismo, nos dias de hoje, é, certamente, instrumento de um novo modelo de desenvolvimento sustentável, quer seja, à ótica de CAVALCANTI (1995) “aquele que busca conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental, e ainda, ao fim da pobreza no mundo”.

1.2.1 O Produto Turístico

O Turismo, como um dos elementos integrantes da sociedade de consumo, quer seja, a combinação de bens e serviços, tanto que a conceituação apresentada pela EMBRATUR e anteriormente citada, define turismo como “uma atividade econômica representada pelo conjunto de transações, compra e venda de serviços turísticos, efetuadas entre os agentes econômicos do turismo” Esta conceituação indica que o produto do turismo, para que permita um resultado, estará sempre na dependência do fator “satisfação do turista”, como pode ser percebido no quadro a seguir disposto.

Quadro 2 O Produto do Turismo

O PRODUTO DO TURISMO	O FATOR SATISFAÇÃO	O RESULTADO
<ul style="list-style-type: none"> . Elemento Tangível . Elemento Serviço . Papel dos Intermediários e Agentes 	<ul style="list-style-type: none"> . Percepções da Experiência pelo Turista . Atitudes e Expectativas do Turista . Fatores Incontroláveis, como Greves 	<ul style="list-style-type: none"> . Satisfação do Turista . Satisfação Parcial . Insatisfação do Turista

Fonte: Olímpio BONALD. Planejamento e organização do turismo: conceitos básicos, 1984.

WAHAB (1991, p. 26), ao propor uma conceituação mais genérica, dá ênfase à interação social do homem, afirmando que “o produto de uma localidade turística pode ser considerado o conjunto de recursos, bens e serviços à disposição do turista”.

BONALD (1994, p. 118) define o produto turístico como “o conjunto de bens e de serviços postos efetivamente no Mercado para satisfação das necessidades

materiais e espirituais, de forma singular ou numa gama muito ampla de combinações resultante das solicitações ou dos desejos do consumidor (o turista)”. E, ainda, o mesmo autor aponta algumas características do produto turístico: “é baseado no tempo de permanência; é perecível, é inexorável, é dinâmico e substituível”.

A maioria dos autores consultados com a finalidade de conceituar Turismo (tais como ANDRADE, 1995; ANGELI, 1996; BONALD,1994; e WAHAB,1991), dividem a oferta turística em dois grupos que podem até diferenciar quanto ao nome, mas correspondem aos mesmos itens: a oferta natural e a oferta artificial.

A oferta natural é constituída por tudo o que se encontra presente na natureza e que não foi modificado pelo homem, como é o caso do clima, da configuração geográfica e das paisagens, dos elementos silvestres, da flora e da fauna nativas e das estações de saúde (como as águas termais).

A oferta artificial é constituída pelas obras criadas pelo homem, a partir ou não da natureza. Seus elementos são classificados em categorias, a seguir elencadas:

- Bens históricos, culturais e religiosos: são as manifestações populares (como o Carnaval), as construções antigas, os museus, as procissões, entre outros.
- Bens e serviços de infra-estrutura: são os equipamentos utilizados pela comunidade, imprescindíveis aos turistas. Dentre os serviços pode-se destacar a assistência médica, bombeiros, mecânicos; dentre os equipamentos: postos de gasolina, Bancos, e, por fim, dentre a estrutura básica urbana: água, luz, saneamento básico e telefone.
- Vias de acesso – a infra-estrutura de acesso é aquela que permite que os turistas cheguem ao núcleo receptor: estradas, aeroportos, pontos, linhas de ônibus, entre outros.
- Superestruturas – instalações concebidas especialmente para atender ao Turismo: hotéis, parques temáticos, agências de Turismo, cassinos, etc.

- Comportamento dos habitantes – costumes, hábitos e hospitalidade do núcleo receptor.

Nesse contexto, entretanto, para efeito deste estudo, vale analisar o que seja turismo cultural e turismo cultural sustentável.

1.3 O TURISMO CULTURAL SUSTENTÁVEL

O setor de turismo é, hoje, um dos maiores nichos de mercado do mundo. No entanto, o desenvolvimento tradicional de um destino turístico leva ao esgotamento dos recursos naturais, descaracterização do patrimônio cultural e desestruturação da rede social. Quando o destino começa a perder seus encantos por causa disso, é – a curto ou a médio prazo – abandonado pelos turistas, que partem em busca de um novo paraíso. O novo paradigma do turismo sustentável, portanto, considera a autenticidade cultural, a inclusão social, a conservação do meio ambiente e a qualidade dos serviços como peças fundamentais para a viabilidade econômica do turismo ao longo prazo.

Duas definições de turismo sustentável, que seguem as conceituações da Organização Mundial de Turismo (OMT) e do Comitê Brasil PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) - podem ser utilizadas pela objetividade do conteúdo apresentado: “turismo sustentável é aquele que visa minimizar impactos ecológicos e sócio-culturais, enquanto promove benefícios econômicos para as comunidades locais e países receptores”; e “um desenvolvimento sustentável do turismo satisfaz as necessidades dos turistas atuais e das regiões receptoras enquanto protege e aumenta oportunidades no futuro. Assuma-se que leva a um manejo de todos os recursos, de uma maneira que necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas enquanto a integridade cultural, processos biológicos essenciais, diversidade biológica e sistemas de suporte da vida são mantidos”.

O turismo cultural vem se destacando atualmente, aliando planejamento econômico e de infra-estrutura à percepção da procura por bens culturais e estilos de vida. Isto acontece devido ao crescente interesse do turista em compreender a cultura e a história de lugares diferentes, assim como conhecer hábitos e costumes

de outros povos. Essa procura por cultura tem levado a um crescente interesse em revitalizar artefatos com valor cultural, com o objetivo de dinamizar o turismo, melhorar a economia e, ao mesmo tempo, valorizar a cultura local.

Tendência atual, o turismo sustentável pode ser caracterizado como um segmento do Turismo que tem apresentado altos índices de crescimento, o que implica em uma demanda crescente de turistas para áreas naturais, à procura de um mais amplo contato com a natureza. Nessas áreas, o Turismo passa a também servir como um instrumento de conservação dos recursos naturais já existentes.

Segundo ANSARAH (2001, p. 30):

O estudo do Turismo deve ser direcionado para o desenvolvimento sustentável, conceito essencial para alcançar metas de desenvolvimento sem esgotar os recursos naturais e culturais nem deteriorar o ambiente. Entende-se que a proteção do meio ambiente e o êxito do desenvolvimento são inseparáveis.

Entretanto, o teor do pensamento expresso por MENDONÇA (apud MONTORO, 2003, p. 29), faz perceber que a matéria é bastante complexa:

A perspectiva de um desenvolvimento sustentado da atividade turística no Brasil é vislumbrada como uma possibilidade para poucos, por dois motivos: em primeiro lugar, as iniciativas governamentais mencionam o ecoturismo e o turismo cultural como vertentes desejáveis do Turismo, mas não divulgam planos consistentes em que estejam presentes as metas e os recursos disponíveis para alcançá-las, ao mesmo tempo em que os jornais noticiam o financiamento de grandes empreendimentos de lazer e Turismo. Em segundo lugar, está claro, pela direção que toma o desenvolvimento das sociedades capitalistas, que o lazer de massa é uma das características da nossa (pós) modernidade.

A referência feita pela autora citada serve como alerta, tendo em vista a objetividade com que, em seguida, desenvolve seu argumento, no qual até se pode inferir ser necessário começar a maximizar – e de modo consciente, maduro, idealizador, inclusive – os benefícios econômicos, sociais e ambientais do turismo cultural para a comunidade envolvida.

A ausência de políticas culturais claras para o Turismo, no que se refere à concepção mesma de cultura (cultura como patrimônio, como folclore, coleção de objetos ou como vivência) torna as diferentes manifestações culturais (e também o meio ambiente) fácil e rapidamente transformadas em mercadorias “turísticas”, *souvenirs*, cartões postais. Qualquer possibilidade de alteração dessa tendência dominante deverá passar por uma nova visão, não só da necessidade de um planejamento sustentável, mas por uma reeducação dos indivíduos no sentido de poder transformar o turista em viajante. Só o viajante pode, sendo sujeito de seu próprio destino, conceber o outro como sujeito e utilizar a experiência da viagem para um enriquecimento de experiência vivida e para uma ampliação de sua visão de mundo. (MENDONÇA, 2003, p. 29)

Não se pode discordar do argumento supracitado, reforçado por BRASILEIRO⁷ (2004, p. 30):

Vivemos nos dias de hoje um momento crucial e por isso mesmo oportuno – deparamo-nos com a questão da finitude dos recursos naturais. Já não é possível ignorar o risco que corremos se continuarmos a consumi-los, como sempre o fizemos. É chegada a hora de parar para pensar. Busca-se, mais que nunca, o sustentável e a sustentabilidade – do desenvolvimento, do Turismo, da Economia, dos programas sociais e de tudo o mais que diga respeito à vida.

A reflexão elaborada por Iara Brasileiro vem de encontro a um questionamento que tem sido cogitado, muitas vezes, nesta modernidade: *Como conservar recursos naturais e, paralelamente, tornar viável a crescente prática do turismo sustentável?* A resposta a esta pergunta é fornecida pelo próprio conceito de turismo sustentável que implica em harmonia com a natureza e que visa a conservação dos recursos naturais para as gerações futuras, quer seja, no dizer de SWARBROOKE (2000, p. 19), o turismo sustentável constitui “formas de [práticas do] Turismo que satisfaçam hoje as necessidades dos turistas, da indústria do turismo e das comunidades locais, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades”.

⁷ Iara L. G. Brasileiro é professora da Universidade de Brasília (UnB), no Centro de Desenvolvimento Sustentável e no Centro de Excelência em Turismo, e doutora em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP).

Ao traçar a história do conceito de desenvolvimento sustentável, John Swarbrooke (2000, p. 3), afirma o seguinte:

O debate sobre o conceito de turismo sustentável é um fenômeno dos anos 90. Todavia, suas origens repousam no conceito mais amplo de desenvolvimento sustentável que convive conosco há muitos séculos. Por “sustentável” geralmente queremos dizer “desenvolvimento que satisfaz nossas necessidades hoje, sem comprometer a capacidade das pessoas satisfazerem as suas no futuro”. Trata-se, portanto, de uma perspectiva a um prazo mais longo que o usual ao tomarmos decisões, e envolve uma necessidade de intervenção e planejamento. O conceito de sustentabilidade engloba claramente o meio ambiente, as pessoas e os sistemas econômicos.

O autor vai além do debate referente à conceituação de turismo sustentável, extraindo de HUNTER (1997) as questões principais necessárias ao entendimento do tema, como poderá ser observado na figura disposta a seguir:

Quadro 3 Questões principais na interpretação do desenvolvimento sustentável.

- O papel do crescimento econômico na promoção do bem-estar humano.
- O impacto e a importância do crescimento da população humana.
- A existência efetiva de limites ambientais ao crescimento.
- A possível substituição dos recursos naturais (riquezas) pelos bens produzidos pelo homem por meio do crescimento econômico e da inovação técnica.
- A interpretação diferencial do ponto crítico de vários componentes da base do recurso natural e, portanto, do potencial para substituição.
- A capacidade das tecnologias (incluindo métodos de administração tais como avaliação de impacto do meio ambiente e sua auditoria) de desconectar o crescimento econômico dos efeitos colaterais indesejáveis ao meio ambiente.
- O significado do valor atribuído ao mundo natural e os direitos de espécies não-humanas, perceptíveis ou não.
- O grau em que uma perspectiva de sistemas (ecossistemas) deverá ser adotada e a importância de manter a integridade funcional dos ecossistemas.

Fonte: HUNTER, C. Sustainable tourism as an adoptive paradigm. In: *Annals of Tourism Research* 24, 850-67, apud SWARBROOKE (2000, p. 8).

Note-se, como acréscimo, o parecer de BRASILEIRO (2004, p. 30) referente à sustentabilidade:

Sustentabilidade tem sido a palavra quase mágica de que se utiliza todas as vezes que se deseja algo durável, num mundo tão – e cada vez mais – passageiro. Esquecemo-nos, no entanto, que a vida só é possível ser vivida de modo integrado. Individualmente, não somos viáveis sem o outro. Não sobrevivemos sem as relações que estabelecemos – com os outros seres humanos, com a terra, com a água, com o ar, com a natureza, enfim. Como sociedade, só existiremos e seremos desenvolvidos se levarmos em conta a economia e as questões sociais, certamente, mas sem esquecer, jamais, a cultura e o meio ambiente. (Grifo nosso)

Segundo SWARBOOKE (2000, p. 26), “ainda há, aparentemente, pontos de vista, geralmente aceitos, de que algumas formas de Turismo são mais sustentáveis que outras”, muito embora seja essa “claramente uma visão simplista que não é baseada em fatos, mas em julgamentos subjetivos”. Alguns desses princípios estão elencados na figura a seguir disposta:

Quadro 4 Turismo Sustentável – Tipos/Compatibilidade

TIPOS DE TURISMO QUE SÃO ALTAMENTE COMPATÍVEIS COM O CONCEITO DE TURISMO SUSTENTÁVEL
Ecoturismo.
Turismo cultural, que envolve turistas que aprendem a história e a cultura de uma área.
Atrações urbanas que oferecem novos usos para localidades turísticas abandonadas.
Agroturismo (Turismo rural em pequena escala) que representa fonte de renda para os trabalhadores do campo.
Férias de conservação, nas quais os turistas realizam trabalho de conservação durante suas férias.

Fonte: Turismo Sustentável: Conceitos e Impacto Ambiental, p. 28.

Quadro 5 Turismo Sustentável – Tipos/Incompatibilidade

TIPOS DE TURISMO QUE SÃO ALTAMENTE INCOMPATÍVEIS COM O CONCEITO DE TURISMO SUSTENTÁVEL
Turismo Litorâneo de Massa.
Férias periódicas que têm impacto negativo no meio ambiente físico, como a prática de esqui, <i>mountain bike</i> e a circulação com veículos <i>off-road</i> (veículo de tração nas quatro rodas, tipo <i>Jeep</i>).
Turismo Sexual que leva à expansão de infecções como HIV e outras doenças sexualmente transmissíveis.
Férias de caça e pesca, especialmente onde a atividade não é regulamentada.
Visita a meio ambientes muito frágeis, como florestas tropicais e Antártida.

Fonte: Turismo Sustentável: Conceitos e Impacto Ambiental, p. 28.

Como se pode observar, o turismo cultural, aquele “que envolve turistas que aprendem a história e a cultura de uma área”, está incluído entre os tipos de Turismo que são altamente compatíveis com o conceito de turismo sustentável, quer seja este aspecto subjetivo ou não.

O conceito de desenvolvimento sustentável já se firmou o bastante para incorporar, com clareza e de forma indissolúvel, as dimensões econômicas, ambientais e sociais das ações humanas e suas conseqüências sobre o planeta e os seres que o habitam.

Nesse contexto, o turismo cultural utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista, através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar da população envolvida. E parece não poder ser excluído, mesmo, pois, no dizer de Lara L.G. Brasileiro (2004, p. 30):

O número de pessoas que viajam pelo mundo aumenta a cada ano, trazendo inegáveis benefícios econômicos para muitos países e localidades. Não há como negar o papel do Turismo na geração de empregos e renda, na expansão dos serviços e na capacitação de pessoas. Muitas têm sido as manifestações sociais e culturais preservadas pelas atividades turísticas. No Brasil não têm sido diferente. O Ministério do Turismo comemora, com toda razão, o

aumento do Turismo no país. Os números da economia já dão conta desse crescimento. Sem dúvida alguma, o turismo é uma ferramenta efetiva para o desenvolvimento. Talvez, a única coisa que falta, agora, seja pensa-la de modo sistêmico, integrador e integral, de modo a fazer desta assim chamada indústria, nossa maior e mais efetiva ferramenta para o desenvolvimento, pois, embutida nela, certamente está a cultura e, sem o ambiente, o Turismo não será possível, já que a vida em si mesma será inadmissível. Nada melhor, pois, do que o Turismo para se caminhar rumo ao tão desejável e desejado desenvolvimento sustentável – aquele que traz melhor qualidade de vida para esta geração, garantindo que as gerações futuras possam, também, perceber sua respiração e ouvir seu coração.

1.3.1 O Turismo Cultural

No conceito adotado por BARRETO (1995, p.21), “ o turismo cultural, no sentido mais amplo, seria aquele que não tem como atrativo principal um recurso natural”. De acordo com o pensamento expresso por este autor, “as coisas feitas pelo homem constituem a oferta cultural, e, portanto, turismo cultural seria aquele que tem como objetivo conhecer os bens materiais e imateriais produzidos pelo homem”.

COSTA (2005, p. 38), a respeito dessa conceituação e também de outras, lança um questionamento interessante: “Se a cultura (evidentemente) está presente nas destinações visitadas e os turistas estão em contato com ela, podemos dizer que todas as modalidades de turismo são culturais?” A dúvida se dissipa, tão logo o mesmo autor concede a resposta: “De certa forma, sim. Entretanto, o termo turismo cultural existe para classificar os indivíduos que se deslocam com objetivos principais de conhecer diversas ou especificamente algumas manifestações culturais de uma localidade, sejam materiais e/ou imateriais”.

Em outro questionamento surge, desta feita referente à similaridade existente entre turismo cultural e turismo sustentável, por ser o cultural considerado sensível, suave e “inteligente”, e, portanto, complementar ao conceito do sustentável. Entretanto, na opinião de SWARBROOKE (2000, p. 36), o Turismo Cultural tem recursos específicos, tais como: locais associados a acontecimentos históricos e pessoas famosas; atrações históricas (museus e centros históricos; castelos, casas majestosas e monumentos antigos; jardins históricos; paisagens históricas; vilarejos históricos e vistas da cidade); festivais e eventos especiais (folclore; artes performáticas; esportes; interesse especial); indústria e comércio (visitas a locais de

trabalho; atrações rurais; lojas famosas; mercados; complexos de lojas e atividades de lazer); cultura popular moderna (locações para filmes; locações feitas para a TV); passeios e itinerários temáticos; comidas e bebidas tradicionais; férias com algum interesse especial; atividades de esporte e lazer (participantes; expectadores; jogos e esportes tradicionais); ofícios tradicionais; artes (teatros; galerias de arte); tipos de arquitetura; linguagem (idioma nativo predominante (línguas minoritárias e regionais; escolas de línguas); locais religiosos (santuários; igrejas; catedrais).

Logo, o turismo cultural pode ser compreendido como todo movimento de pessoas, motivado por atrações culturais fora de seus lugares normais de residência, com a intenção de adquirir novas informações e experiências para satisfazer suas necessidades culturais, como coloca AGNES (2003), que fornece mais argumentos, ao explicar que: “ao longo dos anos, o turismo cultural vem se revigorando, intensificando e diversificando equipamentos e serviços, de modo a alentar a diversidade cultural, fazendo com que a singularidade dos espaços naturais e as diferenças culturais marcadas pelo patrimônio material e imaterial edifiquem os pilares do turismo cultural e passem a constituir o grande atrativo para o desenvolvimento turístico local”.

Dessa forma, os elementos que constituem o turismo cultural nada mais são que os resultados culturais produzidos pelo homem, tanto que no entendimento de BARRETO (2000, p. 18) o básico se concentra em quatro itens: arquitetura, folclore, história local e religião.

SWARBROOKE (2000, p. 37 e 38), afirma que “o turismo cultural cresceu dramaticamente em todo o mundo, nas últimas décadas”, mas também informa que “seu futuro não está garantido, pois ele enfrenta ameaças”. Quanto a este perigo, o quadro disposto a seguir pode servir a maiores esclarecimentos, já que lista os diferentes aspectos do turismo cultural, apontando quais são as ameaças, sendo válido ressaltar que, à ótica deste autor, existem pressões sobre a diversidade cultural, decorrentes da homogeneização da cultura em todo o mundo, resultantes que são dos efeitos de culturas populares globais, tais como a televisão, a música e o cinema. Ocorre que, “essa redução na diversidade cultural pode reduzir também a motivação de viajar para vivenciar outras culturas”.

Quadro 6 Diferentes aspectos do turismo cultural – ameaças.

TURISMO CULTURAL	AMEAÇAS
Recursos culturais tangíveis – museus, por exemplo.	Recursos culturais intangíveis, isto é, estilos de vida e ambiência.
Recursos conscientemente administrados para atrair turistas culturais.	Recursos não conscientemente administrados para atrair turistas culturais.
Turismo cultural com base em atrações histórico-culturais e eventos especiais tradicionais.	Turismo cultural com base em atrações modernas e eventos especiais recém-criados.
Turismo cultural com base na cultura da destinação e de seus habitantes.	Turismo cultural com base na cultura dos países dos próprios turistas.
Viagens de turismo cultural de caráter independente.	Viagens de turismo cultural organizadas em pacotes.
Mercado interno.	Mercado Internacional.
Atrações individuais do turismo cultural.	Destinações de turismo cultural.
Cultura como elemento principal das férias de um turista.	Cultura como elemento secundário das férias de um turista.
Cultura como elemento principal de uma destinação enquanto produto.	Cultura como elemento secundário de uma destinação enquanto produto.
Turismo cultural com base na cultura nacional.	Turismo cultural com base em culturas regionais/locais/de minorias étnicas.
Turismo cultural com base em imagens turísticas realizadas das culturas da destinação.	Turismo cultural com base em imagens irreais das culturas da destinação.

Fonte: Turismo Sustentável: Turismo Cultural, Ecoturismo e Ética, p. 37.

Importante também será assinalar que, em muitos casos, o crescimento do Turismo está afeto à deterioração do patrimônio e à degradação ambiental. Entretanto, segundo AGNES (2003) um desenvolvimento turístico norteado pela sustentabilidade ambiental e social pode garantir a preservação do ambiente e da história local, além de permitir às comunidades apropriarem-se do conhecimento de seus bens patrimoniais.

1.3.2 Turismo Cultural Sustentável

Quando se aborda a temática *turismo cultural sustentável*, não se pode deixar de acentuar que o Turismo, por essência, implica a busca de diferenças traçadas pela Cultura, pelo Patrimônio e pela Natureza. AGNES (2003) coloca que:

Ao representar um dos veículos mais importantes de divulgação cultural e ambiental, o Turismo emerge, ele próprio, como instrumento de reafirmação da cultura e de patrimônios singulares, além de promover o interesse para ecossistemas naturais. Articula-se, por interconexidade, uma estreita relação entre Cultura e meio ambiente, gerando uma interdependência de tipos de Turismo, desde sua concepção. Entretanto, em muitos enfoques esta sinergia é desperdiçada porque embora a interação das variáveis Cultura, Patrimônio e Natureza seja teoricamente factível, o que domina é a dissociação do conjunto em segmentos estanques e desarticulados.

Porém, o turismo sustentável, reflete a mesma autora, “não somente reconhece o valor da diversidade cultural; considera também indispensável o reconhecimento do direito das culturas anfitriãs dizerem não ao Turismo ou de impor-lhes princípios e diretrizes, no que é atendida por IRVING e AZEVEDO (2000), que alertam para o seguinte:

Existem vários conflitos na relação turismo cultural e desenvolvimento sustentável. O Turismo, como setor econômico de peso, se diversifica e propõe, cada vez mais, “produtos culturais”, desde a visita a monumentos até o descobrimento de modos de vida singulares. Este entusiasmo pode contribuir para a restauração do patrimônio e a sobrevivência das tradições, mas o Turismo descontrolado produz um efeito contrário. (...) Por um lado, os turistas se interessam cada vez mais, ainda que paguem caro, pelas experiências e os espetáculos exóticos e, quase sempre, únicos em seu gênero; por outro lado, sua presença tão só pode atentar gravemente contra a cultura local: existe o risco de que esta seja reinventada essencialmente em função dos imperativos da indústria turística. O resultado não é satisfatório, nem para as comunidades anfitriãs, que percebem o poder aquisitivo dos turistas como uma ameaça contra sua cultura e suas tradições, nem para os turistas que, em lugar de percepções e experiências ricas e autênticas, obtêm uma encenação artificializada da tradição local.

O turismo cultural sustentável pode ser compreendido como um segmento do Turismo que tem apresentado altos índices de crescimento. Está inserido dentro de uma tendência atual, o que implica em uma demanda crescente de turistas para áreas naturais, em busca de um maior contato com a natureza. Nestas áreas, o Turismo pode ser considerado como uma ferramenta de conservação dos recursos naturais existentes. Entretanto, além de conservar estes recursos, é necessário, ao mesmo tempo, tornar viável a crescente prática do turismo sustentável. Segundo o entendimento de AGNES (2003), o equilíbrio para esse impasse pode ser obtido através de um planejamento consciente, que consiste em ordenar as ações do

homem sobre o território, buscando a preservação das áreas naturais através de estratégias de desenvolvimento turístico sustentável. Com AGNES concorda SWARBROOKE (2000, p. 3):

Por sustentável, geralmente queremos dizer “desenvolvimento que satisfaz nossas necessidades hoje, sem comprometer a capacidade das pessoas satisfazerem as suas no futuro”. Trata-se, portanto, de uma perspectiva a um prazo mais longo que o usual ao tomarmos decisões, e envolve uma necessidade de intervenção e planejamento. O conceito de sustentabilidade engloba claramente o meio ambiente, as pessoas e os sistemas econômicos.

Pelo exposto anteriormente, neste segmento, é possível inferir que o planejamento estratégico do turismo cultural sustentável deve se iniciar com uma antevisão do futuro, como forma de prepará-lo a partir das ações no presente. A intensa dinamicidade do mundo moderno faz com que, em algumas partes, as cidades se transformem, em questão de anos, com mudanças, por vezes radicais, de cenários e pouca consideração com a preservação de parques naturais e sítios históricos. Garantir a qualidade do produto turístico significa lançar um olhar para o passado, no sentido de manutenção do patrimônio histórico e cultural; adequar o momento presente à necessidade de crescimento e desenvolvimento, com amplo respeito ao ecossistema existente, com a proteção adequada às reservas naturais e prever o futuro, com o sentido da constância de propósitos, iniciando hoje o que se almeja para o amanhã. No contexto, as atrações turísticas adquirem uma importância extraordinária, como será observado, na seqüência.

1.3.3 Atrações Turísticas

Segundo a conceituação adotada por DRUMMOND e YEOMAN (2004, p. 5):

Atrações de Visitação a Patrimônio (AVP) podem ser agrupadas naquelas que evoluíram naturalmente e aquelas que foram criadas pelo homem”. O patrimônio natural original inclui paisagens terrestres e marinhas, vegetação, florestas e vida selvagem. Já as atrações de patrimônio humano ou artificial contemplam os produtos da história, cultura e tradição, como construções históricas, sítios arqueológicos, museus e eventos. Os mesmos autores concordam em que “atrações turísticas, incluindo AVP, formam o núcleo da indústria do Turismo, em muitos destinos.

No caso específico deste estudo, cujo tema central contempla a capital federal – Brasília, pode-se afirmar que as atrações turísticas, nelas inseridas as atrações de visitação a patrimônio, formam, efetivamente, o núcleo da indústria do Turismo.

Brasília tem acolhido o turismo mais diversificado do Brasil, proporcionando opções para os temas cívicos, político, cultural, de negócios, religioso, místico e ecológico, como já se teve oportunidade de comentar, neste estudo.

Por suas características urbanas únicas, Brasília permite ao viajante conhecê-la com imensa facilidade. Em sua principal avenida, o Eixo Monumental, estão encravadas algumas das mais belas peças de uma arquitetura que transformou conceitos. O conjunto situado à cabeceira das duas largas pistas de rolamento que emolduram um jardim, tapete em grama, é formado pelos prédios do Congresso Nacional, com suas cúpulas invertidas, do Palácio do Planalto e do Supremo Tribunal Federal, com suas colunas de intrigante geometria, sobressaindo a harmonia e a delicadeza de traços. (Portal Oficial do Distrito Federal, Internet, 2005)

Brasília, caracterizada como Cidade-Monumento e tombada pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade é ligada a todo o mundo através de seu Aeroporto. O Aeroporto Internacional de Brasília, também conhecido por Aeroporto Presidente Juscelino Kubitschek (Vide Foto n. 6) está situado estrategicamente próximo à cidade, trata-se de um dos mais importantes e modernos aeroportos da América do Sul, o terceiro do Brasil em movimentação de embarque e desembarque de passageiros. A Capital é servida por linhas aéreas nacionais e internacionais, recebendo centenas de vôos diários diretos, que partem de todas as Capitais e Estados brasileiros, o que a transforma em centro de distribuição de viagens para todo o Brasil, proporcionando deslocamentos aéreos regulares em curtas distâncias.



Fig. 6 Aeroporto Internacional de Brasília

Fonte: Internet, www.geocities.com.br

A Estação Rodoferroviária (inaugurada em 1980), projetada por Oscar Niemeyer e localizada no extremo oeste do Eixo Monumental, a dez quilômetros do Plano Piloto, e o Sistema Metroviário complementam a infra-estrutura adequada à capital brasileira. A principal característica do metrô de Brasília, ainda em fase experimental, é o fato de ter a maior parte de suas linhas circulando na superfície (cerca de 70%), sem causar alteração ao projeto paisagístico da cidade.

Gestada e dada à luz para o seu coração político e o encontro administrativo do Brasil, Brasília é uma cidade viva, pulsante, em contínua expansão. Aos quarenta e cinco anos de vida, a mais nova capital do mundo transforma-se em Destino Natural do Turismo de Negócios e eventos, através do Centro de Convenções (que está sendo ampliado), e do Expocenter, pavilhão de feiras e eventos com cinquenta e oito mil metros quadrados, localizado no Parque da Cidade, próximo aos hotéis e ao Centro de Convenções Ulysses Guimarães, o segundo maior parque de exposições coberto do Brasil, apenas superado pelo Anhembi, de São Paulo. Guarnecida com equipamentos turísticos de alta qualidade, Brasília tornou-se matéria de cobiça das Grandes Redes Hoteleiras internacionais que, no Planalto Central, fincaram suas bandeiras. Multiplicaram-se os hotéis, dos mais diversos

padrões, na área central da cidade. O complexo oferece um total de vinte e sete mil leitos, permitindo aos turistas de complexa agenda uma mobilidade que as tradicionais capitais do mundo há muito perderam. (Portal Oficial do Distrito Federal, Internet, 2005)

A mil e duzentos quilômetros da praia mais próxima, Brasília não deixa, porém, de ter finais de semana que lembram os de uma cidade litorânea como o Rio de Janeiro ou Recife. No Lago Paranoá (Vide Fotos) – o enorme reservatório artificial de água com vinte e seis quilômetros de extensão, construído a partir do represamento de riachos e rios – é possível pescar, velejar, passear de jet-sky e praticar windsurf. A cada final de semana, não são poucos os grupos de pessoas que desfrutam do lago para alguma atividade de lazer, desde os esportes náuticos até um piquenique à beira d'água. O local costuma ser mais procurado durante a época de seca, quando a umidade do ar em Brasília se reduz a níveis saarianos, mas o fato é que nunca, desde a formação do lago, em 1959, tanto público foi atraído por ele.

Idealizada pelo arquiteto e urbanista Alexandre Chan, a Ponte JK ou Ponte do Mosteiro (Figura n. 7) é um projeto audacioso, detentor, inclusive, de vários prêmios. Inaugurada em 15 de dezembro de 2002, tem se transformado num atrativo turístico. A arquitetura desenvolvida, monumental por excelência, transformou o empreendimento em uma execução ímpar da engenharia brasileira. Constituída de três arcos inspirados pelo movimento de uma pedra quicando sobre o espelho d'água, a obra se integra ao conceito de Brasília, já que incorpora beleza à inovação. Está assentada num ponto privilegiado do lago Paranoá, vizinha ao Clube de Golfe e dentro do Setor de Clubes Sul, próximo ao Palácio da Alvorada.

E, ainda, faz-se importante destacar que o Pontão Sul transformou-se no *point* da cidade, com seus restaurantes, lojas de artesanato, os calçadões para caminhadas e *pier* com ancoradouro de barcos e *jet-skis*. Trata-se de um local de diversos e belos contrastes, pois além do mar do cerrado, seu Portão de Entrada, em arco, no estilo franco-romano, contrapõe-se à arquitetura de linhas retas da cidade. (Brasília Tourist Guide, 2004)



Fig. 7 – Detalhes do Lago Paranoá e Ponte JK

Fonte: *Site* da Secretaria de Turismo do Distrito Federal, 2005.

Tanto o brasileiro quanto o turista que visita a cidade têm à disposição alternativas para desfrutar do turismo cívico e cultural.

No Eixo Monumental – que cruza com o Eixo Rodoviário em ângulo reto, formando uma cruz, Niemeyer ergueu seus edifícios mais célebres, notáveis pela leveza de formas e caráter monumental, nascido dos contrastes entre construções horizontais e verticais, formas retangulares e superfícies curvas. Este Eixo, sem dúvida, tem servido de corredor ao turismo cívico.

Na Praça dos Três Poderes, que abriga os palácios do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, idealizada por Lúcio Costa e projetada por Oscar Niemeyer, estão os principais palácios e monumentos arquitetônicos de Brasília: Palácio do Planalto; Congresso Nacional – sede do Senado Federal e da Câmara dos Deputados; Supremo Tribunal de Justiça; Palácio do Itamaraty – sede do Ministério das Relações Exteriores; e Palácio da Justiça.

Inspirado nos ideais de liberdade e democracia, o Panteão da Pátria foi criado em homenagem ao ex-presidente Tancredo Neves. Projetado por Niemeyer, é um monumento sóbrio e elegante, integrado à Praça dos Três Poderes. Abriga, em seu acervo, um mural de Athos Bulcão, um painel de João Câmara que retrata a Inconfidência Mineira e um vitral de Marianne Peretti.

A Esplanada dos Ministérios, que se inicia com a sede do Poder Legislativo é um conjunto composto por dezessete prédios idênticos, situados em ambos os lados do Eixo Monumental.

Os anexos dos Tribunais Superiores são considerados os monumentos mais extraordinários de Brasília. O projeto é de Oscar Niemeyer e a fachada principal de autoria de Marianne Peretti. O edifício contém outras obras de arte, como um painel em relevo de Athos Bulcão e uma vasta pintura-mural de Valandro Keating, no hall de circulação.

O Instituto Rio Branco ocupa um prédio de construção requintada. Seu projeto é de autoria do arquiteto Luiz Antônio Reis, profissional formado em Brasília. Ocupa uma área de três mil metros quadrados e compõe-se de dois volumes, com jardins centrais. O bloco menor, em forma de curvas, contém obras de vários artistas de renome, tais como Amélia Toledo, Athos Bulcão, Emanuel Araújo, Regina Silveira e Tomie Ohtake.

No Setor Cultural Norte está plantada uma das mais belas e originais obras projetadas por Oscar Niemeyer: o Teatro Nacional – o maior monumento em forma de pirâmide construído em Brasília.

Um dos projetos de Lúcio Costa, a Torre de TV, é o centro irradiador de som e imagem das emissoras de rádio e televisão. Tem duzentos e vinte e quatro metros de altura e pode ser vista de quase todos os pontos da cidade, sendo que, do seu Mirante, a setenta e cinco metros do solo, têm-se uma visão ampla do Plano Piloto e arredores. Em sua base está a escultura “Era Espacial”, de Oswaldo Goeldi e Tette. Atualmente, a Torre abriga o Centro de Comercialização de Pedras Preciosas e Gemas, o *Gem Tower Center*.

O Memorial JK é outro ponto de interesse a ser visitado em Brasília. Foi construído em homenagem ao ex-Presidente Juscelino Kubitschek, cuja estátua pode ser vista num pedestal de vinte e oito metros. No interior do monumento encontra-se sua câmara mortuária (no salão circular). Abriga ainda a biblioteca de JK, uma sala de pesquisas, sala de metas, auditório e local de exposições.

O Quartel General do Exército é um moderno conjunto de dez edifícios construídos em linhas sóbrias. O primeiro deles sedia o gabinete do Comandante do Exército; no último andar há um grande salão para solenidades, com jardins de inverno de Burle Marx. Este edifício, projetado por Oscar Niemeyer, possui um palanque em concreto simbolizando, nas linhas curvas, o punho da espada de Duque de Caxias, patrono do Exército brasileiro.

Brasília não é apenas uma cidade “oficial” do poder, mas também um centro de intensa vida cultural. A cidade comporta a UnB, inúmeras Faculdades, escolas

particulares e públicas, muitos teatros, inclusive o grande Teatro Nacional Cláudio Santoro, com suas três amplas salas de espetáculos – projeto de Niemeyer. Cinemas, galerias de arte, centros de artesanato local e nacional, arquivos públicos, institutos históricos, feiras de antiquários e também, Escola de Música e grupos musicais clássicos como o Quarteto e a Orquestra de Câmara da UnB e a Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional. É berço de grupos musicais de fama nacional, como Legião Urbana, Paralamas do Sucesso, entre outros. Sedia o Festival Anual de Cinema Brasileiro e é pólo nacional de cinemas e de vídeo, com inúmeros cineclubes. O seu Planetário é dos mais completos do Brasil. Bibliotecas, Museus, Centros Culturais e auditórios diversos completam esse *tour* cultural.

Variadas e festivas são as celebrações populares, como a *Folia de Reis*, em janeiro; a *Festa dos 27 Estados do Brasil*, em junho; a *Festa das Nações*, de calendário móvel, e as festas religiosas, como a *Via Sacra ao Vivo*, da Semana Santa, a *Festa do Divino*, a *Festa de Iemanjá*, na passagem do ano, à beira do lago Paranoá. Como fontes de lazer podem ser visitadas: o Eixão do Lazer; o Jardim Botânico; o Jardim Zoológico; o Parque da Cidade; o Parque Nacional de Brasília.

São inúmeros os templos e igrejas que podem ser contemplados, além da Catedral Metropolitana, tema que deu origem ao estudo em tela: a Ermida Dom Bosco; a Igrejinha; o Santuário Dom Bosco; o Templo da Boa Vontade. Turismo Religioso pode ser praticado nas visitas à Cidade da Paz, e ao Vale do Amanhecer.

Quanto ao turismo rural, nos arredores de Brasília, pode ser citado o Hotel Fazenda Araras, que tem um ecossistema peculiar, destacando-se o famoso Buraco de Araras, onde se tem praticado o *rappel* e outros esportes radicais; o Fazenda Hotel Mestre D'Armas; o Hotel Fazenda Cabana dos Pirineus, entre outros. Cachoeiras e grutas também podem ser visitadas.

O veloz processo de formação social de Brasília, fundamentado no encontro de brasileiros de todos os quadrantes, e a proximidade imediata com os usos e os costumes, cultura que abraça a capital, fez da cidade, um rico, multifacetado mosaico a desaguar em manifestações gastronômicas de matrizes variadas, que ganharam cores mais intensa ao se caldearem com totalidades internacionais. Cosmopolita, em Brasília estão instaladas noventa embaixadas e representações diplomáticas. São sabores para todos os paladares, em uma ampla rede de restaurantes que oferecem desde a tradicional cozinha do Nordeste até as mais

requintadas cozinhas internacionais. Um convite ao prazer de conviver em sossego e tranqüilidade. (Portal Oficial do Distrito Federal, *Internet*, 2005)

Como bem pode ser avaliado pelo teor do texto supra, Brasília apresenta turismo inédito, diversificado, monumental. A cidade é seu maior monumento. Em Brasília aportaram e aportam homens e mulheres oriundos de todos os lugares do mundo, pessoas comuns e personalidades ilustres brasileiras e mundiais, tais como a Rainha Elizabeth, autoridade britânica do mais alto posto que a visitou em 1968, com a missão de reativar contatos diplomáticos e comerciais com o Brasil; o papa João Paulo II, em junho de 1980, e o escritor francês André Malraux que cunhou a expressão que melhor caracteriza a cidade e seus construtores: “Brasília, Capital da Esperança”.

Esperança é o que sobra em Oscar Niemeyer, o idealizador de Brasília, que, aos noventa e seis anos, não perdeu a verve combativa, a mesma que até hoje o impulsiona a declarar: “É preciso dizer que, para mim, cada arquiteto deve ter a sua arquitetura. A idéia de uma arquitetura ideal, obediente a princípios preestabelecidos, seria a disseminação da mediocridade, da monotonia e da repetição”. (NIEMEYER, 2000, p. 19)

E, de fato. Mediocridade, monotonia e repetição não têm lugar em Brasília. Isto decorre não só das opções turísticas que o local oferece, mas também da infraestrutura permanente e disponível de recursos humanos e equipamentos de qualidade, gerando a satisfação e o atendimento, o mais diversificado possível, das necessidades e expectativas do turista, fator este preponderante para uma atuação competitiva e de excelência profissional, como se pode observar diante do entendimento de ANDRADE (1996, p. 32) a respeito do assunto em pauta: “a atividade do Turismo se insere numa relação equilibrada entre o homem, o espaço e o tempo, onde o empreendimento de viagem, em sua concepção pura denomina o Turismo como “um deslocamento realizado por prazer a locais que despertem algum tipo de interesse objetivo ou subjetivo”.

1.3.4 Memória e Patrimônio Cultural

Como já comentado, o turismo cultural vem se destacando atualmente, aliando planejamento econômico e de infra-estrutura à percepção da procura por

bens culturais e estilos de vida. Isto tem acontecido em função do crescente interesse do turista em compreender a cultura e a história de lugares diferentes, o que tem levado a um crescente interesse em revitalizar artefatos com valor cultural, com o objetivo de dinamizar o Turismo, melhorar a Economia, e, ao mesmo tempo, valorizar a cultura local.

No caso específico de Brasília – Cidade-Monumento - tema central deste estudo, é preciso levar em consideração que monumentos são parte do patrimônio cultural de um povo ou de uma Nação e que servem como um elo entre presente e passado, dando um sentido de continuidade, extremamente importante para a estruturação da cultura local e nacional. Pode-se tomar, a título de argumentação, o caso do Catetinho. Seu desenho, um exemplo da arquitetura dos anos 1950, foi esboçado primeiramente por Niemeyer, em um simples guardanapo, durante uma reunião de amigos no Hotel Ambassador, no Rio de Janeiro. Esses amigos decidiram presentear Juscelino Kubitschek com uma residência provisória onde ele pudesse pernoitar durante o período da construção de Brasília. Feita com madeira e sobre pilotis, o Palácio de Tábuas, como era conhecido, abre as portas, hoje, para grupos de excursões, estudantes curiosos que queiram se deslocar até os idos da construção da cidade. (Correio Braziliense, 13 abr. 2005, p. 8)

Assim como o Catetinho, o patrimônio cultural de Brasília está inserido em muitos outros locais, no geral, disponibilizados à visitação pública.

Entretanto, é preciso também considerar que o turismo, que se alimenta principalmente do patrimônio natural e cultural, é uma faca de dois gumes no que diz respeito à preservação. Por um lado, a vertente tradicional do turismo de massa pode ter efeitos devastadores sobre a cultura, a ecologia e a estética, como se percebe em vários lugares de intensa visitação. Por outro lado, o Turismo, sob formas mais calmas e alternativas, como as diferentes modalidades de turismo cultural e de natureza, é hoje visto como um catalizador do desenvolvimento sustentável, capaz de dinamizar economias locais, preservando, ao mesmo tempo, a cultura e o meio ambiente.

A arquiteta Lia Motta, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) explica que “os espaços urbanos são produções culturais sujeitas a diferentes apropriações. O uso do material do passado é a essência da cultura e é aquilo que, por sua vez, transforma o material cultural em patrimônio”. A arquiteta entende, também, que “o patrimônio cultural, as cidades e os monumentos históricos

passaram a ocupar lugar de destaque na vida cotidiana e na economia da sociedade moderna”, e afirma que “o Estado participa ativamente deste movimento de valorização porque a ele cabe, na maioria das vezes, a decisão sobre o que será preservado através das ações de tombamento conduzidas em nível federal, estadual ou municipal”. (Internet, *Com ciência*)

Em síntese, deve-se ressaltar, concordando com PORTUGUEZ (2004, p. 8) que, “mesmo não sendo turísticos, muitos lugares são merecedores de proteção legal, pois o sentido da preservação do patrimônio é muito mais amplo que propriamente a possibilidade de seu uso econômico por meio do Turismo”, isto por que a preservação, considerada essa perspectiva, está atrelada à manutenção da memória, à conservação das tradições pela – e para – a população de determinada localidade, o que gerará impacto a nível nacional.

1.3.4.1 Preservação

As práticas de conservação, na opinião de SWARBROOKE (2000, p. 56) estão relacionadas, obrigatoriamente com a ética: “parece ser comumente aceito que há uma forte ligação entre a conservação e o turismo sustentável, já que este está ligado à conservação de recursos correntes de maneira que eles possam sustentar o Turismo no futuro e, portanto temos de questionar-nos sobre o que estamos conservando, as maneiras pelas quais o estamos fazendo, e os métodos empregados”. E, de fato, a idéia de preservação, no Brasil, surgiu de uma concepção, como coloca TELES (In: GONÇALVES e BOFF, 2001, p. 62): “a conservação dos bens culturais é anterior à conservação dos bens naturais, esse fato se deve à concepção antropocêntrica de uso e ocupação do espaço ecológico brasileiro, ligado historicamente ao expansionismo mercantil”.

Para esse mesmo autor, as primeiras iniciativas brasileiras em favor da preservação do patrimônio ocorreram em 1742, em Pernambuco, quando houve um movimento de crítica à reforma do Palácio das Duas Torres, pelo conde Gauveas. Daí por diante, ocorreram iniciativas pontuais de conservação, até 1923, quando foi sugerida a criação de uma Inspetoria do Patrimônio Histórico dos Estados Brasileiros. Em 1934, iniciou-se a implantação de ações em benefício da cultura e da conservação dos objetos de interesse histórico e patrimônio artístico.

Segundo TELES (In: GONÇALVES e BOFF, 2001, p. 62):

A primeira concepção conceitual de patrimônio apresentada pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi a seguinte: “conjunto de bens móveis e imóveis existente no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por excepcional valor arqueológico ou etimológico, bibliográfico ou artístico.

Ainda, segundo informações extraídas do mesmo autor, o conceito adotado pelo SPHAN se encontra enraizado no Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 e, desde então, tem subsidiado estudos e iniciativas conservacionistas em todo o território nacional. Mas foi em 1970, com a assinatura do Compromisso de Brasília, e, em 1971, com a assinatura do Compromisso de Salvador, que os municípios brasileiros dotados de bens materiais e imateriais da cultura brasileira começaram a legislar sobre a conservação de seus patrimônios.

MURTA, em palestra proferida em Antonio Prado e disponibilizada via Internet (2005), sob o tema “Turismo, Preservação e Comunidade”, afirma que, “especialmente após a ECO-92, no Rio de Janeiro, que a questão as sustentabilidade ganhou conceitos e formas concretas, levando a novas concepções de como desenvolver o Turismo, e todas as atividades correlatas, de forma sustentável”. E, durante a mesma palestra, comenta que “hoje, concorda-se que o turismo sustentado deve voltar-se para harmonizar as necessidades de seus quatro componentes: a comunidade receptora, os visitantes, o meio ambiente e a própria atividade”. E Stela Maris Murta diz mais: “se bem planejado, dentro dos princípios da sustentabilidade, o Turismo pode ter um impacto positivo e ser um catalisador para a restauração, preservação e revitalização de paisagens naturais e culturais, pode reforçar a cultura local e contribuir para a geração de empregos e renda das comunidades.

Interpretando o que foi dito por Stela Maris Murta durante a palestra referida acima, pode-se afirmar que, atualmente, a Humanidade não está ganhando a luta pela preservação, por maior que tenha sido, até aqui, o esforço em tombar conjuntos históricos e restaura-los, em delimitar áreas naturais de conservação e proteção e em estabelecer parâmetros sustentáveis para o planejamento turístico. O que tem ocorrido resulta em padrões de desenvolvimento e de comportamento mais destrutivos que preservacionistas.

O que se questiona, para efeito deste estudo, é se, em Brasília, o mesmo está ocorrendo, temática que será mais aprofundada em termos de desenvolvimento no decorrer dos próximos capítulos, quando então o Tombamento da cidade pela UNESCO será analisado, bem como o estado de preservação de seu patrimônio cultural, especificamente o da Catedral Metropolitana.

CAPÍTULO II

BRASÍLIA PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE

2.1 BRASÍLIA: DO SONHO DE JK À REALIDADE

A Brasília do novo século que se inicia está muito mais associada ao sonho dos pioneiros que a construíram do que se possa imaginar. Se o sonho do presidente Juscelino Kubistchek, seu idealizador, foi unir, de forma indissolúvel, o Brasil do litoral ao Brasil do sertão, na realidade, não tem sido fácil consolidar e ampliar essa configuração.

No princípio, era a utopia. Desde que o autocrático marquês de Pombal, por motivos meramente políticos, lançou no distante ano de 1761 a idéia de erguer uma nova capital de Portugal no sertão, a meio caminho da África e das Índias, Brasília parecia um daqueles lugares que poderiam perfeitamente lembrar uma das 55 cidades fictícias descritas por Marco Pólo nos seus diálogos com Kublai Kahn. Como a futura capital, todas tinham nomes de mulher – Dorotheia, Isidora, Tâmara... – e, de fato, pareciam existir apenas na prodigiosa imaginação do escritor Ítalo Calvino que as recriou no livro “As Cidades Invisíveis”. Desde então, muitos outros episódios pareciam confirmar a vocação da futura capital para o terreno da ficção. (VIANA, 2004, p. 6). Ao transformar-se em realidade, a utopia inicial contou com alguns marcos que se tornaram imprescindíveis para o entendimento do que foi a saga da materialização de Brasília.

2.1.1 Aspectos Históricos

Algumas datas decisivas são importantes para caracterizar a síntese histórica de Brasília, como será observado na seqüência.

Como assinala GIMENEZ (2005, p. 4):

Tudo começa simples assim: no branco do papel, dois traços se cruzam em forma de cruz e formam o esboço de um ideal arrojado de modernidade. Daí o sonho deixa a prancheta e ganha vida no projeto urbanístico de Lúcio Costa e na arquitetura de vanguarda dos edifícios concebidos por Oscar Niemeyer. Uma cidade ímpar, com aspectos que não encontram paralelos nos quatro cantos do planeta. Um lugar moldado na frieza do concreto que torna real a terra prometida, “vertendo leite e mel” das visões de Dom Bosco, que em 1993 previu a construção da nova capital, entre os paralelos 15º e 20º. (Vide Figura n. 8)

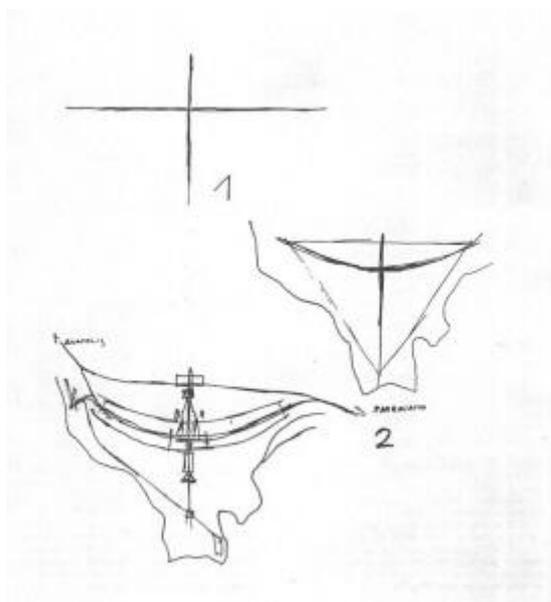


Fig. 8 Primeiros Traços do Projeto
Lúcio Costa

Fonte: *Comciencias*, Internet.

A história da cidade é antiga. A visão tida por Dom Bosco, tal qual ele ditou para um Conselho dos Padres Salesianos (Ordem fundada por ele), em Tuim, no dia trinta de agosto de 1883, setenta e sete anos antes da construção da nova Capital, transformava-se em realidade:

“... e entre os paralelos 15° e 20° Sul, havia um leito muito largo e muito extenso que partia de um ponto onde se formava um lago. Então, uma voz disse, repetidamente: quando escavarem as minas escondidas no meio desses montes, aparecerá aqui a grande civilização, a Terra prometida de onde emana o Leite e o Mel”. (LUZ, p. 12)

Ainda no Império, José Bonifácio propôs, em **1823**, 60 anos antes do sonho de Dom Bosco, a mudança da capital brasileira. O nome sugerido foi Brasília.

Em **1892**, Floriano Peixoto determina a demarcação do novo Distrito Federal no interior do país e são nomeados os 25 integrantes da Expedição Exploradora do Planalto Central do Brasil, a ser chefiada pelo engenheiro e astrônomo Luiz Cruls. A equipe era formada por cientistas e técnicos – três astrônomos, médico, farmacêutico, geólogo, botânico, dois mecânicos – e também por militares.

1894 - Cruls apresenta o relatório final dos estudos da Comissão por ele chefiada, apontando um quadrilátero no Planalto Central como a melhor localização para o Distrito Federal.

1946 - o presidente Gaspar Dutra nomeia a Comissão de Estudos para a localização da nova capital do Brasil a ser chefiada pelo General Djalma Poli Coelho. A Comissão visita Planaltina e, em relatório final apresentado em **1948**, decide manter a localização escolhida pela expedição Cruls para a instalação da Capital.

1954 -a firma norte-americana *Donald J. Belcher and Associates Incorporated* é contratada para fazer os estudos aerofotográficos do Quadrilátero Cruls. Com técnicas e equipamentos dos mais modernos, foram selecionados, pesquisados e mapeados cinco sítios diferentes. Essa pesquisa forneceria os conhecimentos necessários para a escolha do sítio definitivo para a construção da nova capital.

1955 - o relatório Belcher nomeou, com cores, os cinco sítios, para evitar a quebra de sigilo durante o processo de escolha, o que poderia valorizar demasiadamente as terras a serem desapropriadas para a instalação da nova capital. A topografia, a água, os recursos hidrelétricos, os solos para agricultura, para engenharia, o clima e a drenagem do terreno foram alguns aspectos estudados por Belcher, pela técnica de interpretação de fotos aéreas, que determinaram a escolha do Sítio Castanho. Essa técnica permitiu que todos os estudos fossem feitos em dez meses.

Ainda em **1955**, Juscelino Kubitschek, em campanha para a presidência da República e desafiado por um popular⁸ presente ao comício em Jataí, Goiás, assume publicamente o compromisso de, se eleito, cumprir o que já estava estabelecido pela Constituição e transferir a capital do país para o interior.

1956 – O Congresso Nacional aprova a transferência da Capital para o Planalto Central e autoriza a constituição da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), para planejar e executar os serviços de localização, urbanização e construção da futura capital.

1956-1960 – Eleito presidente, JK decide mudar a capital federal, convocando Oscar Niemeyer que desenha os edifícios, e Lúcio Costa, autor do plano urbanístico; Brasília é construída no Planalto Central, sinalizando a interiorização do desenvolvimento apregoada por JK.

1960 – Inaugurada oficialmente em 21 de abril, Brasília se converte na capital federal, revelando uma arquitetura quase escultórica, fundada na plasticidade do concreto armado e avessa ao funcionalismo mais radical.

1964 – Com o golpe militar, Niemeyer viaja a Paris e, de lá, a Lisboa.

1966 – O projeto de Niemeyer para o aeroporto de Brasília é rejeitado pelo ministro da Aeronáutica, que afirma: “... lugar de arquiteto comunista é em Moscou”.

1970 – Iniciada em 1959, a catedral de Brasília finalmente é construída; Niemeyer mantém sua peregrinação arquitetônica pelo mundo.

1990 – Brasília faz 30 anos e, no Rio, Niemeyer desenha o Espaço Lúcio Costa, inserido na Praça dos Três Poderes.

⁸ Presente ao comício de JK, Antônio Soares Neto (Toniquinho), relata que “o tempo todo, ele só falava em cumprir a Constituição. Essa era a bandeira de sua campanha. E eu conhecia a Constituição porque fui estudante de Direito, fiz concurso para cartório. Depois do discurso, ele abriu espaço para o povo falar o que achava do momento político brasileiro. Então, eu fiz a pergunta: *O senhor mudará a Capital para o Planalto Central, como está previsto nas Disposições Transitórias da Constituição de 1891?* Ele se assustou e disse que não esperava nunca por aquilo. Falou que já tinha ouvido falar de mudança da Capital, mas achava tudo muito utópico. Na hora, disse que a pergunta era embaraçosa e difícil, mas muito oportuna e feliz. E garantiu que, a partir daquele momento, faria da minha pergunta o objetivo principal de sua campanha e de sua eleição: *Acabo de prometer que cumprirei, na íntegra, a Constituição, e não vejo razão para que esse dispositivo seja ignorado. Se for eleito, construirei a nova capital e farei a mudança da sede do governo.*” (Correio Braziliense, 4 abr. 2005, p. 26)

2000 – No ano do 40º aniversário da Capital, Niemeyer entrega ao governo do Distrito Federal projetos para a construção de um centro cultural, que inclui museu, biblioteca, cinemas e um espaço para música.

2005 – Convidado pelo Governo do Distrito Federal, Niemeyer aceita fazer o projeto do Ceilanbódromo, encomendado para incrementar o carnaval de Brasília. (VASCONCELOS, 1978).

Brasília começou a partir de um sonho e brotou do chão vermelho de terra batida do cerrado Candango. Oscar Niemeyer, em entrevista concedida à jornalista Mafalda Avelar, da equipe do jornal Correio Braziliense (2 out. 2000, p. G-4), recorda: “comecei a pensar nas formas dos prédios de Brasília numa manhã de setembro de 1956. À essa altura, Juscelino Kubitschek já era presidente da República e tratava de colocar em prática a palavra de ordem de sua campanha, que prometia fazer o Brasil avançar 50 anos em 5”. JK tinha pressa e, fixado na idéia de interiorizar o desenvolvimento do país, planejava mudar a capital federal do Rio para o Planalto Central. Foi então, à casa de Niemeyer, na estrada da Gávea, convocando-o para um passeio de carro, quando expôs sua idéia. “A partir desse dia, passei a viver em função de Brasília”, conta o arquiteto que, em quatro anos, entre 1956 e 1960, se empenhou na construção da nova capital.

Para Niemeyer, “foi essa vontade e essa determinação que permitiram, pela primeira vez, que uma capital fosse construída em apenas quatro anos”.

2.1.2 A Epopéia da Construção

Brasilmar Nunes (1997), em sua coletânea *Brasília: a construção do cotidiano* destaca que "Brasília é mais um plano urbanístico do que propriamente um plano urbano", pois "as interações humanas são aqui desproporcionalmente inferiores ao volume demográfico, fenômeno que decorre justamente da concepção urbanística adotada". Além deste autor, outros também acentuam o distanciamento ocorrido em seus 45 anos de inaugurada, entre o pensado e o realizado, isto é, entre a imaginada cidade utópica, dita "socialista" e que se formou sob a batuta do capitalismo, com apartação social, como prefere denominar Cristóvam Buarque, em seu dicionário *Admirável Mundo Atual* (2001).

Ocorreu que, no início da construção de Brasília, para abrigar os imigrantes que não paravam de chegar, só havia um punhado de casas na Cidade Livre (mais

tarde oficialmente chamada Núcleo Bandeirante) e os acampamentos das obras (Vide Foto n. 9). A Candangolândia de hoje era, à época, Lonalândia, a cidade de lona que abrigou os primeiros trabalhadores.

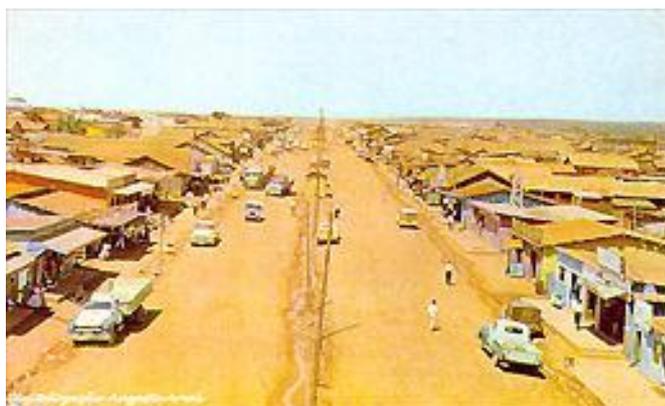


Fig. 9 Avenida Central da Cidade Livre
(hoje, Núcleo Bandeirante)
Fonte: *Infobrasília, Internet.*

Rapidamente, Brasília foi recebendo uma configuração, preenchido o chamado “Marco Zero⁹” (Figura n. 10). Conferiu-se ao eixo norte-sul a função circulatória-tronco, com pistas centrais de alta velocidade. Pistas laterais foram previstas para a distribuição do tráfego local, que conduz diretamente ao setor residencial. O eixo transversal leste-oeste, denominado "monumental", recebeu o centro cívico e administrativo, o setor cultural, o centro comercial e de diversões, o setor administrativo municipal. Destacam-se no conjunto os edifícios autônomos destinados aos poderes fundamentais - legislativo, executivo e judiciário - que formam a triangular Praça dos Três Poderes. A partir do edifício do Congresso Nacional, que ocupa o setor oeste da praça, rumo à interseção dos eixos, desenvolve-se a monumental Esplanada dos Ministérios. (Vide Foto)

⁹ *Marco Zero*, no ano de 1957. Em primeiro plano, o local da Plataforma Rodoviária. Em segundo plano, o local onde surgiriam os Ministérios e o Congresso.

A Esplanada dos Ministérios é um conjunto formado por dezessete prédios idênticos, situados em ambos os lados do Eixo Monumental. Inicia-se com a sede do Poder Legislativo. Alguns Ministérios possuem prédios anexos, projetados por Oscar Niemeyer, autor de todo o conjunto. No final da Esplanada, encontram-se o Palácio do Itamaraty e o Palácio da Justiça.



Fig. 10 Marco Zero (1957)

Fonte: *Infobrasília, Internet.*

A primeira obra a ficar pronta em Brasília foi a casa do presidente Juscelino Kubitschek. Niemeyer queria um palácio – feito essencialmente de material pesado (concreto armado, ferros, vidro e mármore), deveria aparentar tamanha leveza que desse a impressão de apenas tocar o chão. Para tanto, projetou um prédio simples, de dois pavimentos e uma larga varanda sem peitoril, um metro acima do chão, protegida por uma série de colunas que se sucedem em curvas repetidas. A idéia da construção de uma residência provisória para abrigar o presidente em suas visitas a Brasília surgiu de uma reunião de amigos de JK, no Hotel Ambassador (Rio de Janeiro). Oscar Niemeyer fez o croqui do Palácio de Tábuas, seu primeiro projeto para Brasília. Os amigos conseguiram um empréstimo e, em apenas dez dias, construíram a casa. Em torno dela funcionou um núcleo de apoio, com serviços de radiofonia e radiotelegrafia, e um campo de pouso. O nome Catetinho foi sugerido por Dilermando Reis, em alusão ao Palácio do Catete. (Portal Oficial do GDF, Internet)

Considerado um dos pontos turísticos mais visitados, o Catetinho guarda o início da história da cidade, o que determina a sua importância. (Figura n. 11).

Construído em 10 dias, de 21 a 31 de outubro de 1956, a construção foi apelidada, à época, de “Palácio de Tábuas”.

Antes mesmo da inauguração de Brasília, o Catetinho foi tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 21 de julho de 1959, “como marco de uma escalada que assombrou o mundo com a força e a coragem dos brasileiros”.



Fig. 11 Catetinho

Fonte: *Infobrasília, Internet.*

Vale acentuar que a construção de Brasília não começou em março de 1957, quando o projeto de Lúcio Costa foi escolhido vencedor. O aeroporto e o Palácio da Alvorada já estavam com obras adiantadas. O início, com a construção dos dois edifícios, deu-se em 1956.

E a construção de Brasília, inegavelmente, foi uma epopéia. Inúmeros relatos de pioneiros que aqui estiveram e a maioria deles ainda está, nos dão conta dessa saga. Chegaram a existir três acampamentos para alojar os trabalhadores, que vinham de toda parte do Brasil. Isto em função de ter a construção de Brasília gerado um grande fluxo de migrantes que, incentivados pelo Governo JK, chegavam à região com o objetivo de trabalhar em uma das muitas atividades construtoras da cidade. Como consequência dos inúmeros canteiros de obras que se formavam em Brasília, as firmas construtoras e concessionárias de serviços públicos estabeleciam acampamentos de caráter provisório para abrigar engenheiros e operários que

trabalhavam nas obras. Esses acampamentos deviam seguir o padrão de construção estabelecido pela NOVACAP: paredes, estruturas, portas e janelas em madeira, cobertura em telha metálica ou em cimento amianto. Os acampamentos eram constituídos por conjuntos de edifícios predominantemente residenciais, delimitados por cercas, cujo acesso era controlado por vigilantes. A caracterização arquitetônica de tais acampamentos passou a identificar uma tipologia arquitetônica típica desse período, usualmente denominado “fase pioneira”.

Além dos edifícios construídos pelas empreiteiras, são encontrados exemplares produzidos pela comunidade, que procuravam reproduzir elementos e símbolos característicos de suas cidades de origem. Campanários, portas em forma arqueada, escadarias e treliçados estão presentes em edifícios de cidades brasileiras tradicionais, tendo sido reintegrados nestas construções, constituindo, assim, referências da cultura regional desses trabalhadores, os candangos. Já os edifícios públicos, ainda que provisórios e seguindo o padrão construtivo da NOVACAP, quando projetados por arquitetos modernistas, como Oscar Niemeyer, apresentavam um projeto condizente com as tendências do movimento da arquitetura moderna, à semelhança dos principais edifícios do Plano Piloto de Brasília.

Com o processo de expansão urbana do DF, alguns desses acampamentos foram destruídos e sua população removida para as cidades-satélites. Outros tornaram-se cidades, como a Candangolândia, o Núcleo Bandeirante, o Paranoá, a Metropolitana. Hoje, todos eles contam com estrutura administrativa independente. Alguns que se encontram na trama urbana do Plano Piloto de Brasília, como a Vila Planalto e a Telebrasilândia, passaram a simbolizar a resistência popular contra o processo de segregação espacial adotado na expansão urbana de Brasília, ocupando, ainda hoje, seus locais de origem. (Infobrasília, Internet)

O historiador Adirson Vasconcelos, em entrevista concedida ao Jornal Correio Braziliense (2005), ao fazer uma análise atual do significado de uma cidade-capital no interior do país e de sua importância para os brasileiros, questionado sobre a epopéia da construção de Brasília, respondeu:

A epopéia da construção de Brasília caracterizou-se pelas inúmeras demonstrações de fé e de confiança na grande obra que se realizava e no papel que ela desempenharia, no futuro, em prol do desenvolvimento do país e do bem-estar do povo brasileiro. Uma aura de civismo e de espiritualidade pairava no ar, animava a todos a cumprir, em tempo recorde, com dedicação e amor, a grande tarefa. Isso foi bem definido pelo presidente Juscelino ao confessar aos rudes candangos construtores da cidade e a todos nós: “Vosso idealismo animou-me a mim próprio”.

Não se pode, pois, ignorar que Brasília, como desafio, saiu-se vencedora.

2.2 ASPECTO FÍSICO E DEMOGRÁFICO

Brasília está geograficamente erguida no topo central do Continente Sul-americano, no cerne do chamado *Corredor Místico do Paralelo 15º do Meridiano*. É única, e sem clone, a começar pelo aspecto físico-institucional, a modernidade arquitetônica e o arrojado traçado urbanístico, até a forma e a qualidade de vida da sua gente, sem dizer que é onde tudo se decide no país. É a síntese mais autêntica da brasilidade, na mistura de culturas, costumes, crenças, ritmos, folclore e culinária de todos os recantos desse Brasil/Continente. (*Brasília Tourist Guide*, 2005, p. 6)

A qualidade de vida da população de Brasília situa-se dentro dos mais avançados padrões de excelência. Muito provavelmente, por ser sede político-administrativa da República, Brasília possui uma infra-estrutura praticamente invejável. É a terceira cidade do país em movimento de tráfego aéreo; o trânsito ainda permite o deslocamento de grandes distâncias em poucos minutos; e, ainda, Brasília é a 6ª mais populosa cidade brasileira.

Os dados disponibilizados pelo Governo do Distrito Federal, em seu Portal (Internet), podem ser examinados nos quadros a seguir:

Quadro 7 – Dados Gerais do Distrito Federal

INDICADORES DEMOGRÁFICOS E SOCIAIS	
Área:	5.789,16 Km ²
Densidade:	354,3 hab./km ²
Altitude:	1.172m ²
Clima:	Tropical de Savana e Temperado Chuvoso de Inverno Seco
Temperatura Média Anual:	20,5°
Umidade Relativa do Ar:	40 a 70%
Código DD/Fax:	61
Voltagem:	220V
Hora Local:	-3h em relação ao Meridiano de Greenwich
População:	2.051.146 hab

INDICADORES ECONÔMICOS	
Participação no PIB (%)	1,8
Produtos agrícolas	Café, Goiaba, Laranja, Limão, Mamão, Manga e Tangerina
Produtos minerais	Água Mineral, Calcário e Dolomita
Pecuária - bovinos (cabeças)	110.157
Extrativismo vegetal	Madeiras
Indústria	Construção civil, gráfica, de transformação.
Arrecadação de ICMS 2002 - Valor Provisório (R\$)	1.804.582,00

DADOS SÓCIO-ECONÔMICOS	
Área (Km ²)	5.789,16
Densidade (hab./km ²)	354,3
Crescimento Demográfico (% ao ano)	2,82
Vegetação	Cerrado
Rios principais	Paranoá, Preto, Santo Antônio do Descoberto, São Bartolomeu
Clima	Tropical
Índice de Desenvolvimento Humano - IDH (0-1)	0,844
Analfabetismo (%)	4,35
Eleitores	1.518.437

INFRA-ESTRUTURA	
Consumo de energia comercial - 2001 (GWh)	924
Consumo de energia industrial – 2001 (GWh)	337
Consumo de energia residencial - 2001 (GWh)	1.241
Consumo de energia total – 2001 (GWh)	3.319
Extensão das ferrovias (Km)	36
Extensão das rodovias (Km)	1.855,5
Malha pavimentada (%)	44

Fonte: GDF/Portal – Internet.

A cidade de Brasília está circunscrita ao Plano Piloto, traçado a partir de dois eixos principais: o Eixo Monumental e o Eixo Rodoviário, conhecido como *Eixão*.

Às margens do Eixo Monumental estão localizadas as áreas administrativas. Na parte Leste, situam-se os prédios da Administração Federal: Congresso Nacional, Ministérios, Palácio do Planalto e Supremo Tribunal Federal, bem como a Catedral e o Teatro Nacional. Na parte Oeste encontram-se o Governo do Distrito Federal, o Judiciário, o Quartel General do Exército, a Torre de Televisão, o Planetário, o Centro de Convenções, o Memorial JK e, na extremidade do eixo, a Estação Rodoferroviária, para ônibus e trens interestaduais.

Ao longo do Eixo Rodoviário estão as Asas Norte e Sul, as principais áreas residenciais do Plano Piloto, divididas em quadras, numeradas por três algarismos. O primeiro indica a posição da quadra no sentido Leste-Oeste; as quadras de início ímpar localizam-se a Oeste do *Eixão*; as de início par ficam a Leste. Quanto mais distante do *Eixão*, maior o algarismo inicial da quadra, cujos dois outros algarismos representam a sua distância do centro: a quadra de final 1 ou 2, por exemplo, está no início de sua Asa, enquanto a quadra de final 16 situa-se no final.

As principais avenidas do Plano são paralelas ao *Eixão*, e, como ele, vão da ponta da Asa Sul à ponta da Asa Norte. Recebem a letra *L*, se localizadas a Leste, ou letra *W*, se estão a Oeste, e um algarismo que cresce conforme sua distância do *Eixão*. As mais importantes são a *W-3*, entre as quadras 500 e 700, e a *L-2*, entre as quadras 400 e 600.

Quanto à preservação e conservação do meio ambiente, o Distrito Federal caracteriza-se, teoricamente, como um território privilegiado em termos de preservação ambiental, pois mais de 42% de sua área encontra-se legalmente protegida. Entretanto, e apesar disso, segundo informações colhidas de LASSANCE et. *alii* (2003, p. 132), “a pressão antrópica, ao longo dos anos, tem exercido uma nefasta ação de degradação ambiental, cuja contenção tornou-se cada vez mais difícil de evitar”.

2.3 A ARQUITETURA

A construção de Brasília constitui a afirmação plena do movimento moderno na arquitetura brasileira, sendo o seu exemplo mais forte. A cidade marcou uma nova mentalidade e uma nova fase arquitetônica no País, e reúne um dos maiores acervos representativos da arquitetura e urbanismo do século XX. Onde acaba o fato urbanístico e começa o arquitetônico é uma distinção difícil de se fazer em Brasília, pois ambos se fundem por completo. O resultado é uma cidade em que espaços e volumes se valorizam mutuamente. As inovações permitem a introdução não só de soluções plásticas, mas também de novas técnicas, abrangendo o interior dos edifícios e a utilização do espaço exterior. Isso determinou o desenvolvimento de uma linguagem na arquitetura, cujo principal modelo foi à obra de Oscar Niemeyer, arquiteto escolhido pelo então presidente Juscelino Kubitschek para construir Brasília. A intenção de Niemeyer era fazer algo novo, para proporcionar

aos futuros visitantes uma sensação de surpresa e de impacto pela beleza e arrojo das construções. (Guia Oficial de Brasília, 1985, p. 20-21)

De fato, Brasília é inédita, em termos de arquitetura. Oscar Niemeyer, em entrevista concedida ao Geneton.com.br (Internet) o porquê de Brasília ser *inventiva*:

Quando a arquitetura é bem feita, é fácil de compreender. A arquitetura é verdadeira quando é fácil. Minha arquitetura é assim: feita com a preocupação da beleza. Quer ser bonita, ser lógica, ser inventiva. Quem vai a Brasília pode gostar ou não do Palácio. Mas não pode dizer é que viu, antes, coisa parecida. Quem é que fez um Congresso com aquelas cúpulas? Quem é que fez as colunas do Palácio do Planalto? Aquilo é invenção, é arquitetura.

Vencedor de um concurso nacional organizado pelo Instituto de Arquitetura do Brasil, para a escolha do traçado da cidade, o urbanista Lúcio Costa favoreceu a liberdade de criação de Niemeyer. Isto porque a concepção de Lúcio Costa, de grandes espaços entre os edifícios isolados, ressaltou o aspecto monumental dos principais edifícios institucionais projetados por Niemeyer, cuja preocupação era a de caracterizar a arquitetura com a solução estrutural. Segundo afirma o urbanista, em sua autobiografia (COSTA JÚNIOR, 1985, p. 32):

Brasília é a expressão de um determinado conceito urbanístico, tem filiação certa, não é uma cidade bastarda. O seu fâcies urbano é o de uma cidade inventada que se assumiu na sua singularidade e adquiriu personalidade própria graças à arquitetura de Oscar Niemeyer e à sua gente.

Se nos edifícios públicos o que dominava era a monumentalidade das obras, em relação aos demais prédios, Niemeyer desejava estabelecer uma disciplina para preservar a unidade dos conjuntos. O objetivo era evitar soluções que pudessem comprometer a arquitetura da cidade, pela repetição de formas já empregadas nos prédios governamentais. Por isso, para os edifícios comerciais e residências, foram fixados volumes, espaços livres, alturas, além de materiais de acabamento exterior. Brasília, conseqüentemente, tornou-se um bom exemplo realizado de habitação coletiva, e em suas quadras e superquadras residenciais podem ser observados alguns de seus princípios urbanísticos e arquitetônicos.

A Praça dos Três Poderes abriga o que há de mais significativo na arquitetura brasiliense. O Palácio do Planalto, o Itamaraty e o Congresso Nacional recebem as melhores críticas internacionais. Destacam-se, ainda, o Palácio da Alvorada, o Teatro Nacional e a Catedral Metropolitana, tema central deste estudo, talvez a mais arrojada das obras de Oscar Niemeyer.

2.4 OBRAS ARQUITETÔNICAS

Atualmente, com um grande número de obras de grande porte, e de reconhecido valor arquitetônico, o arquiteto Oscar Niemeyer é responsável pelos projetos mais significativos de Brasília, inclusive o da Catedral Metropolitana, que será, posteriormente, analisada.

O Teatro Nacional apresenta a forma de uma pirâmide irregular, truncada no ápice, e com 45 metros de altura no lado mais alto. A fachada é uma composição plástica de cubos e retângulos, de autoria de Athos Bulcão.

O Palácio da Justiça, sede do Ministério da Justiça, destaca-se pela solução de suas fachadas e pelos jardins, sendo que, das lajes curvas entre os arcos da fachada principal, caem cortinas de água, que concorrem para o equilíbrio ambiental.

O Palácio do Itamaraty, sede do Ministério das Relações Exteriores, é um edifício de planta quadrada, com quatro fachadas iguais, formadas por uma sucessão de arcos planos e circundadas por um espelho d'água. O acesso ao prédio se faz através de passarelas. As fachadas criam uma transição sombreada para o interior que, juntamente com o espelho d'água, amenizam a temperatura ambiente.

O Congresso Nacional caracteriza-se pela absoluta liberdade de forma, equilíbrio e audácia plástica. O prédio principal tem dois pavimentos, um subsolo e dois plenários: o de teto convexo pertence à Câmara dos Deputados, e o côncavo, ao Senado Federal. Um amplo corredor, com esteira rolante, faz a ligação com os quatro anexos onde funcionam os gabinetes, as diretorias, as assessorias e os serviços administrativos e assistenciais.

O Supremo Tribunal Federal é um edifício de proporções relativamente reduzidas, mas de grande leveza estrutural. Tem como características as colunas e as galerias externas.

O Memorial JK, construído em homenagem ao ex-presidente Juscelino Kubitschek, tem como ponto de maior destaque o pedestal de 28 metros, onde está a estátua de JK. O corpo baixo e extenso do edifício apresenta vigas de concreto, que marcam as fachadas e a cúpula protetora da câmara mortuária. O acesso é feito através de uma rampa, que conduz ao hall interior.

Muitas outras obras arquitetônicas se destacam, em Brasília. Além de Oscar Niemeyer, vários outros arquitetos, integrantes ou não de sua equipe pioneira, assinaram projetos significativos em Brasília, incluindo-se na relação, o próprio Lúcio Costa – Plataforma Rodoviária, Superquadras, Hospital Sarah Kubitschek.

2.5 O TOMBAMENTO

Brasília é um monumento histórico da Humanidade. Em 7 de dezembro de 1987, segundo informações extraídas do jornal Correio Braziliense (12.12.2004, p. 20):

Brasília galgou mais um degrau na escada da História. A cidade construída no Planalto Central recebeu o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, conferido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). O prêmio conferiu a Brasília o status de ícone, obra-prima da genialidade humana. Trata-se de um reconhecimento inequívoco ao trabalho de Juscelino Kubitschek, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e outros brasileiros que, juntos, tornaram realidade o sonho de dar novo eixo de desenvolvimento ao país.

No mesmo editorial fica explicitado que “com o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, Brasília adquiriu a mesma estatura de cidades como Olinda e Ouro Preto”.

Que “Brasília alcançou mais um degrau na escada da História”, é fato. Que tal ato constituiu “um reconhecimento inequívoco ao trabalho de Juscelino Kubitschek, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e outros brasileiros que, juntos, tornaram realidade o sonho de dar novo eixo de desenvolvimento ao país”, também é fato incontestável. Mas, o que significa o tombamento de Brasília, de fato?

Segundo explicações transmitidas pelo mesmo jornal Correio Braziliense (10.04.2005, p. 41), desta feita no conteúdo do Suplemento Especial em Comemoração ao Aniversário da cidade:

O objetivo do tombamento é criar um sistema que permita à comunidade internacional participar da salvaguarda dos bens que possuam um valor universal excepcional. A decisão da UNESCO, ao lado do Decreto 10.829¹⁰ tem a função de evitar que o projeto original de Brasília seja desrespeitado.

Existe praticamente um histórico referente ao tombamento de Brasília, que foi inaugurada no dia 21 de abril de 1960 e teve, no mesmo período, iniciado seu processo de preservação. Ocorreu que o presidente Juscelino Kubitschek, o criador de Brasília, por sempre manter preocupações sobre a preservação do plano urbano traçado, bem como de suas principais obras arquitetônicas, no mesmo ano, sancionou a lei nº 3.751 (Lei Santiago Dantas), que previa, no artigo 38, que “qualquer alteração do Plano Piloto, a que obedece a urbanização de Brasília, depende de Lei Federal”.

Como, durante os anos 60 e 60 o desenvolvimento urbano e mobiliário de Brasília foi intenso, outras medidas regulamentando a preservação foram tomadas, e deste modo, em 1967, foi formalizado o Código de Obras Local.

Em 1974, através de mobilização realizada pelo Senado Federal, é concretizado o I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília. Durante tal evento, o urbanista Lúcio Costa apresentou diretrizes para o desenvolvimento e preservação de Brasília. Como consequência, em 1977 foi elaborado o Plano de Estruturação e Organização Territorial do Distrito Federal (PEOT).

Nos anos 80, o IPHAN, então Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Pró-Memória (SPHAN), juntamente com o Governo do Distrito Federal e a Universidade de Brasília formaram o Grupo de Trabalho para Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília e, em seguida, formularam uma visão integrada de preservação e de desenvolvimento do Distrito Federal, a partir do Plano Piloto, que resultou nas seguintes tomadas de posição: elaboração do inventário de bens, não só do Plano Piloto, como de todo o complexo natural e cultural do Distrito Federal, incluídos os núcleos urbanos vernaculares, as antigas fazendas e o acampamento dos pioneiros, da época da construção da cidade; reformulação da estrutura administrativa do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico (DEPHA) – órgão do Governo do Distrito Federal, bem como a criação do Arquivo Público e instituição da lei nº 47, dispendo sobre o tombamento

de bens pelo Governo do Distrito Federal; e a elaboração do dossiê de apresentação de Brasília ao Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO.

Em 1987, após estudos realizados pelo “Brasília Revisitada” (1985 a 1987) e “Do Plano Piloto ao Plano Piloto” (1987), ambos sob a coordenação do urbanista Lúcio Costa, seis novas áreas foram indicadas para ocupação residencial no entorno imediato do Plano Piloto. Ainda durante o ano de 1987, o artigo 38 da Lei Santiago Dantas foi regulamentado pelo Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987. O então Governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, lançou-se à campanha pró patrimônio, tendo acompanhado a inscrição do Conjunto Urbanístico do Plano Piloto de Brasília como Patrimônio Mundial, junto à UNESCO.

Em 7 de dezembro de 1987, Brasília consolidou-se como marco na história da arquitetura, como já comentado no início deste subtítulo, e como primeiro monumento do século XX. Porém, diante da insuficiência do aparato normativo, o Governo Federal sentiu a necessidade de elaborar uma nova legislação de preservação que pudesse contemplar toda a complexidade do patrimônio existente. Brasília, então, foi tombada e inscrita no Livro de Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 04 de março de 1990, com a instituição da Portaria Regulamentadora nº 04/90, alterada pela Portaria nº 314, de 8 de outubro de 1992.

Com mais essa providência, de início, o Distrito Federal foi vinculado à 14ª Superintendência Regional do IPHAN, que também administrava os Estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Tocantins e Rondônia. Entretanto, com a crescente demanda desses Estados, houve necessidade de modificar a estrutura administrativa dessa Superintendência, de modo que alguns Estados foram desvinculados e incorporados a outras superintendências de menor extensão geográfica, ficando na 14ª apenas os Estados de Goiás, Mato Grosso e Tocantins. O Distrito Federal transformou-se em Gerência Executiva de Brasília, por um período provisório, até a aprovação do Decreto nº 4.301, de 12 de julho de 2002, que criou a 15ª Superintendência Regional, com jurisdição exclusiva do Distrito Federal, no IPHAN e com a incumbência de responsabilizar-se pelos bens tombados a nível federal do Distrito Federal: o Catetinho, a Catedral, o Conjunto Arquitetônico Urbanístico do Plano Piloto e a Placa Comemorativa de Rui Barbosa. (Grifo nosso)

A essa regional compete, ainda: coordenar, controlar e executar as ações de proteção e promoção do patrimônio cultural, no âmbito de suas áreas de atuação, em interação com os demais órgãos da União, dos Estados, do Distrito Federal e

dos Municípios, com representantes da sociedade civil e com a colaboração de entidades privadas, devendo, para alcançar esses objetivos: executar o controle e a fiscalização dos conjuntos, núcleos tombados, bem como dos sítios arqueológicos; elaborar e propor o tombamento de bens materiais e inscrição nos Livros de Registros de bens imateriais, assim como instruir os respectivos processos; exercer a fiscalização e a liberação de bens culturais; determinar o embargo das ações que contrariem a legislação em vigor e aplicar as sanções legais; executar a identificação, o cadastramento, o inventário, o controle, a atualização e a fiscalização do patrimônio cultural, em sua área de atuação; contribuir para a formulação da política de preservação do patrimônio cultural, propondo normas e procedimentos; articular-se com entidades e organismos nacionais e internacionais visando cooperação mútua e ação conjunta, bem como promover o intercâmbio de informações e tecnologias; divulgar e promover o patrimônio cultural junto à comunidade local; desenvolver metodologias que reflitam a pluralidade e diversidade cultural brasileira; administrar os bens considerados como integrantes do patrimônio histórico, artístico e cultural brasileiro que estejam sob a guarda e uso da superintendência.

Diante dessas competências, e, havendo o conhecimento de que, no processo de preservação, o tombamento tem um papel destacado por considerar a classificação de um bem corpóreo (objeto, coisa) em uma ou mais categorias culturais, é necessário deixar claro que, como não existe meio tombamento, já que a proteção afeta o bem, a coisa material, no caso de Brasília, o Plano Piloto está tombado, e deve ser protegido. Inseridos nessa proteção, estão os valores culturais declarados no ato do tombamento.

2.5.1 As Exigências

O tombamento de Brasília significa que a ela foi outorgado o título de “Membro do Patrimônio Histórico e Artístico da Humanidade”. Essa menção coloca Brasília entre as muitas zonas urbanas do globo onde, para haver modificações profundas, será necessária uma avaliação cuidadosa de todos os efeitos e conseqüências por um comitê de técnicos nacionais, assistido por um grupo do Comitê UNESCO. Essa a premissa maior.

São quatro os pontos atingidos pela Portaria Internacional das Nações Unidas: o sítio físico da cidade, ou seja, todo o espaço visualmente abarcável e em volta do “avião”, as fazendas e cidades históricas que existem desde o século XIX, as invasões pioneiras que ainda restam, os cinco parques nacionais e municipais que limitam a topografia do chamado *Plano Piloto*, e o próprio Plano Piloto em si, com seus monumentos arquitetônicos, dos quais a grande vedete ainda é o traçado original de Lúcio Costa. (Grifo nosso).

Sendo assim, vale enfatizar o que foi dito pelo arquiteto do IPHAN, José Leme Galvão Júnior, em palestra proferida na Universidade de Brasília (UnB), ao referir-se ao Instituto do Tombamento e à importância de Brasília:

Neste ato ficou definida a preservação do Plano Piloto pela manutenção das quatro escalas que caracterizam o projeto urbanístico de Lúcio Costa, a saber: 1) a escala monumental – “concebida para conferir à cidade a marca de efetiva capital do país, configurada no Eixo Monumental”; 2) a escala residencial – “proporcionando uma nova maneira de viver, própria de Brasília, configurada ao longo do Eixo Rodoviário-Residencial”; 3) a escala gregária – “com que foi concebido o centro de Brasília, em torno da intersecção dos eixos monumental e rodoviário, configurado na Plataforma Rodoviária e nos Setores de Diversões, Comerciais, Bancários, Hoteleiros, Médico-Hospitalares, de Autarquias e de Rádio e Televisão Sul e Norte”; 4) a escala bucólica – “que confere à Brasília o caráter de cidade-parque, configurada em todas as áreas livres, contíguas e terrenos atualmente edificadas ou institucionalmente previstos para edificação e destinados à preservação paisagística e ao lazer.

Através das exigências supracitadas, infere-se que o princípio maior é a conservação. E, sobretudo, quanto aos monumentos, cuja função não é – como costumava dizer Lúcio Costa – o da ostentação, mas no sentido da expressão palpável, consciente daquilo que vale e significa. É a monumentalidade necessária para distinguir os espaços de poder, de socialização, de celebrações etc. Essa escala monumental é, portanto uma escala de grandes espaços, de arquitetura destacada, de acesso visual irrestrito. (COSTA JÚNIOR, 1985)

2.5.1.1 O Questionamento quanto à Preservação

Neste item, para resumir o questionamento existente quanto à preservação de Brasília, necessário se faz considerar a visão do jornal *Correio Braziliense*,

disponível em seu Editorial, publicado na edição de 12 de dezembro de 2004: “o tombamento da capital-símbolo do modernismo brasileiro precisa de uma discussão aprofundada em todos os setores da sociedade”. Não se pode deixar de citar ser visível que o patrimônio urbanístico de Brasília precisa de uma ação mais efetiva do poder público, ou mesmo de entidades ligadas ao ordenamento urbano. E, ainda, lançando mão da visão publicada pelo jornal Correio Braziliense, porque existem outros órgãos com competências de proteger a capital de agressões e desvios. Em primeiro lugar, o IPHAN, que tem uma gerência regional exclusiva para Brasília; em segundo lugar, o Conselho de Gestão da Área Preservada de Brasília (CONPRESB), órgão local que tem a mesma missão. E, por último, a própria Administração Regional de Brasília, que tem como atribuição manter a integridade da área do Plano Piloto.

E a escala monumental, de que já se falou anteriormente, está inserida no Plano Piloto, justamente onde também se encontra a Catedral Metropolitana de Brasília, tema que será explorado no próximo capítulo deste estudo.

CAPÍTULO III

A CATEDRAL METROPOLITANA DE BRASÍLIA

Segundo dados extraídos do estudo feito pela EMBRATUR (*Brasília Convention & Visitors Bureau*) referente ao perfil do turista que visita o Distrito Federal (2001, p. 32), a Catedral (63%), a Esplanada dos Ministérios (62%), a Praça dos Três Poderes (56%) e a Feira de Artesanato da Torre (53%) são os pontos que comumente são visitados pelos turistas, quando em Brasília, talvez em decorrência de sua localização, no centro de Brasília e próximo aos hotéis”.

De fato, a localização da Catedral não deixa de ser um ponto positivo, em termos de visitação, mas ocorre que Brasília, reconhecida internacionalmente como turismo desejável, foi “a mais arrojada obra de urbanismo e arquitetura em âmbito mundial, do século XX, e fez o Brasil reconhecido dentro do próprio Brasil e no exterior” (VIANA, 2004, p. 29), e o monumento arquitetônico que se transformou em Catedral está inserido no processo que leva o homem a *querer conhecer* o modernismo arquitetônico criado pela equipe de Oscar Niemeyer.

3.1 A CATEDRAL: ASPECTOS GERAIS

Construída em homenagem à padroeira da cidade, Nossa Senhora Aparecida, a Catedral Metropolitana de Brasília foi inaugurada em 1967 e tombada pelo então Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Tem 40 metros de altura e capacidade para 4000 pessoas. A planta da nave é circular e situa-se abaixo do nível do terreno. O acesso é feito por uma passagem subterrânea, cujo piso e paredes laterais são pretos. A entrada fica, então, sob penumbra e cria um contraste com o interior do templo que recebe luz natural filtrada por vitrais. Apresenta 16 colunas, que nascem no plano da praça situada ao seu redor, e que se unem para sustentar a cobertura. (Figura n. 12)

De acordo com informações colhidas de BRITO et. al (2000):

Niemeyer procurou uma forma compacta e límpida, composta por 16 montantes de concreto que, ao invés de se unirem em teto, arco ou ogiva, convergindo para uma abóbada protetora e invertida, se opõem, ao contrário, num gesto violento de tensão, como o de duas mãos estendidas com os dedos abertos num espasmo de súplica. Outros a comparam com a coroa de espinhos de Cristo na Paixão. Representa algo inteiramente oposto à serenidade ascética do Gótico ou ao contentamento erótico do Barroco. Apresenta-se como um volume único, capaz de surgir com a mesma pureza, seja qual for o ângulo de visão, pela planta circular e a estrutura que se lança ao céu em uma série de elementos hiperbólicos. O partido arquitetônico valoriza a forma escultórica, um marco visual reforçado pela escala monumental do sítio onde está implantada e pela homogeneidade do conjunto de edifícios da Esplanada dos Ministérios.

Percebe-se, pois, sem dificuldade alguma, que a Catedral de Brasília é um marco na Arquitetura e Engenharia, uma estrutura singular e audaz que denota o gênio do seu arquiteto, Oscar Niemeyer.



Fig. 12 Catedral Metropolitana de Brasília
Fonte: *Internet, Infobrasília.*

Em 1990, para receber o Governo Collor, a Catedral de Brasília, uma das mais polêmicas e belas construções do arquiteto Oscar Niemeyer, passaram por uma reforma. No dia dois de março do mesmo ano, foi inaugurado o vitral transparente, de tonalidade azul, verde e branca, que substituiu a antiga cobertura de vidro fumê, que dava à catedral um ar melancólico. Nessa ocasião, as antigas estruturas de concreto aparente, cinzentas, foram pintadas de branco, como se vê na Fig. 12. Segundo atesta matéria da Revista Veja, de 28 de fevereiro de 1990 (pp.

56-57), a artista plástica Marianne Peretti, que durante anos acompanhou o trabalho de Niemeyer e foi responsável pela reforma, que consumiu mais de 30 milhões de cruzados novos, considerou que “o vitral recupera a luminosidade da catedral”. (Figura n. 13) e, ainda, em entrevista concedida à Nahima Maciel, para o jornal Correio Braziliense (03.08.2003, p. 23), comentou o seguinte:

A Catedral era muito triste e Oscar (Niemeyer) sempre quis colocar um vitral. Eu não queria fazer porque era imenso. Hoje, faria com computador, mas na época não havia esse recurso. Fiz o trabalho em tamanho natural. São dezesseis desenhos de trinta metros de comprimento e dez de largura. Desenhava no chão do Ginásio Nilson Nelson e dois rapazes me ajudavam a colar os papéis. Um desenhista reproduzia a malha da Catedral, feita de hexágonos de 1,70 m. Foi muito complicado. Às vezes, tínhamos oitocentos metros quadrados de papel no chão e eu controlava o desenho pela arquibancada do ginásio. Colocava cordas coloridas para delimitar o desenho e vê-lo de cima. Foi um trabalho incrível e estraguei minha coluna, mas foi o trabalho mais importante que fiz. Pedi também ao Oscar que pintasse a Catedral de branco para que os vitrais não fossem interrompidos por aquelas colunas de concreto.



Fig. 13 Catedral Metropolitana de Brasília

Fonte: *Internet, Geocities.*

3.1.1 Arquitetura

Quem visita Brasília, ou mesmo quem nela reside, nem sempre sabe que os modernos edifícios do poder público são apenas uma pequena parte da mundialmente conhecida obra do arquiteto Oscar Niemeyer. Seu trabalho tem os traços da arquitetura moderna projetada pelo francês Le Corbusier, que ele conheceu no Rio de Janeiro, no escritório de Lúcio Costa, onde iniciou sua carreira profissional. Niemeyer participou do projeto de reconstrução de Berlim após a guerra e desenhou edifícios que se tornaram cartões postais de diversas cidades brasileiras, como a Igreja de São Francisco, na Pampulha, em Belo Horizonte, e o Memorial da América Latina, em São Paulo; há mais de duzentos monumentos com a grife Niemeyer fora do Brasil.

O arquiteto foi chefe do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da NOVACAP, empresa responsável pela construção de Brasília. Na Capital, ele desenhou os edifícios da Praça dos Três Poderes, concebida por Lúcio Costa; na Esplanada dos Ministérios, Niemeyer é o autor de todo o conjunto formado por dezessete prédios idênticos (alguns dos ministérios possuem prédios anexos também projetados pelo arquiteto), incluindo o Palácio do Itamaraty, sede do Ministério das Relações Exteriores; o Palácio da Alvorada, residência do Presidente da República e primeiro edifício inaugurado em Brasília, em junho de 1958, cujo formato deu origem ao símbolo da cidade, que dá forma ao brasão do Distrito Federal, e a capela anexa; o Supremo Tribunal Federal; o Congresso Nacional; o Teatro Nacional Cláudio Santoro e também a Catedral Metropolitana de Brasília.

O Palácio do Jaburu, residência oficial do vice-presidente da República; o Quartel General do Exército (um moderno conjunto de dez edifícios de linhas sóbrias) e o Minhocão, na Universidade de Brasília também são de autoria de Niemeyer, além da Tribuna do Povo (construída em 1991 para oferecer infraestrutura às manifestações populares que freqüentemente ocorrem em frente ao Congresso Nacional); do Marco Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade (inaugurado em 29 de julho de 1988, em homenagem ao ato da UNESCO, de 7 de dezembro de 1987, que incluiu Brasília entre os bens culturais da Humanidade, localizado na Praça dos Três Poderes); do Monumento a JK, em mármore de Carrara, localizado na Praça dos Pioneiros, no Cemitério Campo da Esperança; do Palanque Monumental, no Setor Militar Urbano (inaugurado em 1973); da Pira da

Pátria (em mármore e concreto, situada na Praça dos Três Podres, em frente ao Panteão da Pátria); do Pombal (em concreto, localizado na Praça dos Três Poderes); e do Relógio Solar, localizado no Parque da Cidade.

A Catedral, um dos prédios de maior interesse individual do Distrito Federal, teve a sua construção iniciada logo após a inauguração da nova capital. Está situada próximo à Rodoviária, na entrada do eixo monumental, à direita de quem olha na direção da Praça dos Três Poderes.

A sua planta é circular, espaço rebaixado que reúne, em unidade contínua, a nave e o altar. A estrutura, em finos gomos parabólicos de concreto parece alçar-se aos céus, unida por estruturas circulares fincadas em anel de concreto de setenta metros de diâmetro e em pequena laje próxima ao topo.

O efeito, para quem está na catedral é o de um banho de luz, claridade e visão do espaço celeste. O acesso a seu interior se dá através de um túnel subterrâneo, estreito e escuro, no final do qual tem-se a surpresa da luz e o bem-estar de um amplo espaço.

Oscar Niemeyer, ateu convicto, concebeu um expressivo espaço místico, havendo revolucionado o programa de igrejas em alguns pontos; uma placa circular que rompe todas as hierarquias das divisões e elementos da planta tradicional de igrejas; no espaço circular da catedral o sagrado e o profano estão fundidos no mesmo plano. Tradicionalmente, o espaço de igrejas e catedrais é escuro, convite à introspecção, recolhimento e contrição que levariam à elevação do espírito. Na Catedral as trevas são deixadas para trás no corredor de acesso; o espaço de culto divino é pleno de luz, alegria e clareza na transcendência.

Originalmente, a Catedral não possuía vitrais e a iconografia católica limitava-se a imagens de profetas, de autoria de Alfredo Ceschiatti no exterior, um cruzeiro no topo, imagens no altar e anjos, esculpido também por Ceschiatti, que pendiam, pendurados por cabos de aço, do alto da nave. O céu físico, avistado sem nenhuma intermediação de elemento terrestre, adquiria dimensão de vitral, signo perfeito que representava e confundia-se com o céu religioso.

Durante muitos anos, a Catedral permaneceu com a sua estrutura em concreto aparente aberta, porque não se encontravam firmas que realizassem vidros na dimensão requerida. Em 1970, foi realizado o fechamento em vidro transparente sobre discreta estrutura de aço. Nos anos 80 as estruturas foram pintadas em

branco e Marianne Peretti realizou um vitral (Figura. n. 14) no espaço entre as estruturas curvas. (CAVALCANTI, 2000, p. 436)



Fig. 14 Catedral Metropolitana de Brasília-
Vitrais de Marianne Peretti
Fonte: Correio Braziliense, 03. 08.2003.

3.1.2 O Porquê da Construção

Muitos estudos foram realizados em relação ao porquê da construção da Catedral Metropolitana de Brasília. E muitas perguntas foram feitas a Oscar Niemeyer, autor do projeto, a esse respeito. De concreto, sabe-se que foi construída em homenagem a Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil e de Brasília. E sabe-se também que Juscelino Kubitschek queria homenagear não só a santa, mas sua esposa, Dona Sara, muito devota, e os candangos que aqui trabalharam.

Neste trabalho, optamos pela explicação de Niemeyer, através de sua obra. A Catedral foi criada para exaltar a própria Brasília, em sua magnitude. Trata-se de uma exaltação sacra. Não por acaso, a magia da catedral é estrutural e espacial. Não por acaso essa magia é simbólica. São inúmeras as metáforas, os signos, os símbolos e leituras possíveis enquanto são admirados o concreto e o vidro. Quem avista a Catedral, de qualquer lado, ao longe ou próximo dela, logo escolhe a que,

em sua opinião, melhor explica a forma do edifício em termos cristãos, ou ainda, cria nova simbologia. Isso porque a forma da Catedral de Brasília emana sentido religioso, é apelo contundente ao sagrado, porque como diz o próprio Oscar Niemeyer:

O desejo era criar um templo que extrapolasse a necessidade de cruz ou santos para conferir-lhe caráter, incitando acima de tudo uma idéia religiosa. Não era suficiente realizar uma catedral que não tivesse necessidade de cruz ou de santos para caracterizar-se exteriormente como a Casa de Deus. Pensei que a Catedral de Brasília pudesse refletir, como uma grande escultura, uma idéia religiosa, um momento de oração, por exemplo. Projetei-a circular, com colunas curvas que se elevam como em um gesto de reclamo e de comunicação. (NIEMEYER, 1998, p. 106)

Trata-se do milagre dos arcos em curva, com as mãos espalmadas, levantadas ao céu, em permanente oração. O cálice de vinho, o batistério tal qual uma hóstia, na obra do homem que evoca o criador. A coroa de concreto, portando anjos em vez de espinhos, a celebrar o divino. Na aparência ou na simbologia própria de cada um que avista a capital, qualquer que tenha sido a inspiração de Oscar Niemeyer, a Catedral Metropolitana tornou-se um dos maiores símbolos de Brasília e uma referência da arquitetura mundial.

3.1.3 A Construção

A pedra fundamental da Catedral foi benta em 12 de setembro de 1958. Sua construção teve início em 1959. A primeira missa foi celebrada em 21 de abril de 1963 e, em 1967, foi colocada sob a proteção do Governo Federal, mediante inscrição no Livro do Tombo de Belas Artes do SPHAN. Na época, o Governo Costa e Silva desejava concluir a Catedral, mas não havia legalmente como colocar dinheiro público numa obra privada. A solução encontrada foi tombar a Catedral. A partir daí foi possível injetar verbas públicas, que permitiram a inauguração em 1970.

3.1.4 Atrativos Turísticos

A Catedral possui um acervo de obras de arte invejável. Logo na entrada, o visitante é recepcionado por quatro evangelistas, obra de Alfredo Ceschiatti: São Mateus, São Lucas, São Marcos e São João. As estátuas de bronze, de três metros de altura, estão dispostas na frente da atração turística, respeitando a concepção dos templos egípcios com estátuas de deuses perfilados à sua entrada. Dentro, destacam-se três anjos que pendem do teto, esculpidos por Ceschiatti; catorze painéis de Di Cavalcanti representando a Via Sacra; a Vida de Nossa Senhora, pintada por Athos Bulcão; a réplica da Pietá de Michelangelo; a imagem de Nossa Senhora da Esperança (réplica da imagem que acompanhou Cabral na descoberta do Brasil) e vitrais de Marianne Peretti. O altar-mor foi doado pelo papa Paulo VI que abençoou a cruz metálica, em 21 de abril de 1968, colocada no topo do templo. Do lado externo estão os Evangelistas São Mateus, São Marcos, São Lucas e São João, de Ceschiatti, além de uma cópia do Santo Sudário. Ao lado da Catedral fica o Campanário, com os sinos Santa Maria, Pinta, Nina e Pilarica, doados pelo governo espanhol.

3.2 PRESERVAÇÃO

Quando o assunto é *monumento*, como no caso da Catedral Metropolitana de Brasília, tema central deste estudo, não se pode deixar de incluir outra temática interligada: *preservação*. Isto por que a preservação do patrimônio cultural urbano deve ser compreendida e apropriada nas muitas formas de cidadania, para que possa se constituir em fatos positivos que contribuam para o bem-estar social. A preservação, de uma forma ou de outra, acaba sendo questão recorrente nos vários níveis ou escalas da vida urbana, desde os individuais, onde é usualmente classificada como instintiva (auto-preservação *versus* auto-destruição), passando pelas coletividades restritas (família e outros grupos), até as sociedades nas escalas urbanas, nas quais a questão da preservação tem sido encoberta pela questão oposta-complementar da renovação (ou substituição, ou, muitas vezes, destruição). A preocupação de demonstrar a necessidade da preservação do patrimônio cultural é justificada também pelos freqüentes embates no exercício de ações de proteção e conservação dos bens culturais, quase sempre governamentais.

O patrimônio cultural, em geral, compõe-se do conjunto de bens naturais ou produzidos, e apropriados pelas sociedades. A criação arbitrária das categorias temáticas (patrimônio histórico, estético, etnográfico, arqueológico, arquitetônico etc.), mesmo que positiva, requerida e, às vezes, até ansiada, não exclui o fato de que a totalidade dos bens culturais é a mesma totalidade das coisas compreendidas pela sociedade humana, materiais e imateriais. (GALVÃO JÚNIOR, *Internet*, 2005)

De acordo com o pensamento de SIMÃO (2001, p. 15):

A preservação dos valores culturais e ambientais caracteriza-se, crescentemente, como uma tendência da atualidade. A valorização das coisas locais, em contraposição à globalização da economia e da comunicação, reveste de importância a manutenção de identidades específicas, que garantam às pessoas a referência do seu lugar. O passado e suas referências marcadas no território, as manifestações culturais tradicionais, repassadas de geração em geração, as formas de fazer – objetos, alimentos, festas – voltam, na virada do milênio, a ser valorizados. Começa-se a sentir, novamente, necessidade de entender o passado como um referencial para a construção do futuro e como um processo contínuo de fruição, em contraste ao pensamento iluminista, base da cultura ocidental há dois séculos, que desvincula o passado e vislumbra o futuro sob o Ideal da modernidade.

No processo de preservação, o tombamento tem importância fundamental, como já ficou esclarecido nos itens 2.5, 2.5.1 e 2.5.1.1 deste trabalho. O que se questiona, neste momento diz respeito, especificamente, à preservação da Catedral Metropolitana de Brasília.

3.2.1 A Responsabilidade da Cúria Metropolitana

Quanto às responsabilidades no que se refere à preservação da Catedral Metropolitana de Brasília, assunto-manchete nos jornais locais no mês de maio corrente, deve-se ressaltar que, já em 1996 (há nove anos atrás, portanto) o jornal O Estado de São Paulo (21.08.1996, p. A-16), em matéria de Cristiane Segatto, sob o título “Falta de Verba Ameaça o Maior Vitral do Mundo”, noticiava o descaso, destacando a justificativa da Cúria Metropolitana, como pode ser observado a seguir:

A Catedral de Brasília, cartão-postal da cidade, necessita de uma reforma urgente. A pintura e os mármorees foram danificados e o maior vitral do mundo (2.200 metros quadrados), que ornamento o imóvel, está ameaçado. Vários vidros quebrados e outros podem cair por falta de manutenção. (...) “Sinto-me traída por ver o vitral assim”, disse a artista plástica e autora Marianne Peretti. “Ele recebe sol e poeira desde que foi instalado e ninguém faz nada”. Falhas no sistema de ventilação da Catedral, aliadas ao clima seco provocam o ressecamento e a destruição dos vidros. A Cúria Metropolitana, responsável pela manutenção da igreja, não tem dinheiro para cuidar da preservação do imóvel. “Não queremos desmerecer o trabalho do artista, mas não podemos realizar as obras necessárias”, explicou o pároco da Catedral, Marcony Vinicius Ferreira. Segundo ele, a Igreja não recebe verbas de instituições públicas ou privadas. “Nossa arquidiocese tem apenas trinta e cinco anos e não dispõe de propriedades que pudessem render dinheiro”, afirmou. Para tentar remediar a situação, a paróquia lançou em julho a campanha *Amigos da Catedral*, com a finalidade de conseguir doações da comunidade. “O governo também deveria se preocupar com o cartão-postal da cidade”, concluiu Ferreira. Marianne defende a criação de um organismo para cuidar da manutenção dos monumentos de Brasília, considerada Patrimônio da Humanidade pelo Fundo das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Segundo ela, outros imóveis como o Teatro Nacional e o Panteão da Liberdade estão danificados. “Seria mais barato do que refazer as obras no futuro”, acredita.

Como pode ser observado no texto supracitado e publicado pelo jornal O Estado de São Paulo, em 1996, a Catedral Metropolitana de Brasília não estava sendo convenientemente preservada e, à época, a responsabilidade recaía sobre a Cúria Metropolitana. Porém, no dia sete de dezembro de 1987, o Comitê do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) aprovou a inclusão de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade, e portanto, também seria responsável pela preservação, em função da inclusão. Segundo GIMENEZ (2005, p. 50):

Apesar da importância, o reconhecimento não tem força de lei. A preservação da arquitetura singular da capital continuou sob a responsabilidade do governo brasileiro. O objetivo do tombamento é criar um sistema que permita à comunidade internacional participar da salvaguarda dos bens que possuam um valor universal excepcional. A decisão da UNESCO, ao lado do Decreto 10.829 tem a função de evitar que o projeto original de Brasília seja desrespeitado. O decreto regulamenta o artigo 38 da chamada Lei Santiago Dantas, que trata da preservação do projeto original da cidade.

Pelo entendimento do texto citado anteriormente, infere-se que a responsabilidade no que tange à preservação dos patrimônios monumentais de Brasília continua com o Governo.

O jornal Folha de São Paulo (31.01.1999, p. 3-8) volta a debater o assunto referente à preservação da Catedral Metropolitana de Brasília em matéria de autoria de Carlos Eduardo Lins da Silva, intitulada *Catedral de Brasília passa por Reforma Geral*, como pode ser observado a seguir:

A Catedral Metropolitana de Brasília, local mais visitado por turistas da capital do país, vai passar por uma grande reforma, com o objetivo principal de acabar com as goteiras e vazamentos que lhe dão o aspecto atual, de abandono. (...) Os principais pontos das obras de restauração da Catedral são: a impermeabilização do espelho d'água e do teto da sacristia, nave central e batistério, e a substituição de vidros internos quebrados. Os danos aos vidros não foram provocados por atos de vandalismo, mas sim pelo calor excessivo. (...) A Catedral Metropolitana de Brasília é mantida com poucos recursos, o que ajuda a explicar seu estado de deterioração. Venda de lembranças e contribuições espontâneas do público são suas principais fontes de receita. Agora, Dom Falcão está instituindo uma *Associação de Amigos da Catedral* para mantê-la.

Então, percebe-se claramente que em 1999 a Catedral Metropolitana continuava a apresentar problemas quanto à preservação e percebe-se mais: que é sustentada através de poucos recursos advindos de venda de lembranças e contribuições espontâneas do público. E mais ainda: uma das alternativas seria a de constituir-se uma Associação que pudesse ajudar a sua manutenção.

Evidente que tais fatos causam preocupação quanto à preservação de uma Catedral que existe numa área incluída como patrimônio pela UNESCO e que está sujeita a tantas carências. Como se verá, reformas foram feitas, mas não foram suficientes, tendo em vista o clamor da população transmitido por jornais locais recentes.

3.2.2 A Reforma

Segundo informações colhidas do jornal Correio Braziliense (17.05.2005, p. 23), em matéria escrita por Helena Mader e Rovênia Amorim, sob o título *Sem Recursos para a Catedral*:

A Catedral de Brasília passou por duas reformas. Em 1987, foi feita a substituição dos vitrais incolores pelos atuais, pintados por Marianne Peretti. Nessa mesma época, os pilares de concreto foram pintados de branco. Em 2000, a igreja passou por nova reforma e os vitrais foram restaurados com vidros especiais de Milão, que receberam uma película de climatização para possibilitar a passagem da luz, mas não do calor. O valor das obras ficou em R\$ 1,3 milhão – R\$ 800 mil do Governo do Distrito Federal; R\$ 490 mil da Fundação Banco do Brasil e R\$ 10 mil da Arquidiocese de Brasília.

Mesmo após essas duas reformas, a situação da Catedral Metropolitana de Brasília continua crítica. Segundo a mesma matéria, “a quantidade de buracos na redoma de vidro do monumento mais visitado da cidade aumenta a cada dia”. E, lamentavelmente, pelo que se pode interpretar, não há recursos previstos no Orçamento da União e nem mesmo do Governo do Distrito Federal para que se possa minimizar o problema. “Reportagem publicada pelo Correio Braziliense no último domingo mostrou que existem 693 buracos nos vitrais da igreja. A reforma custaria R\$ 3,3 milhões”.

Ocorre que a Mitra Arquidiocesana de Brasília, responsável pela conservação da Catedral, não tem recursos suficientes para sequer manter as obras. Porém, pelo que pôde ser apurado junto aos funcionários da Catedral, os preços dos serviços religiosos cobrados do público não são baratos. Um casamento custa quatrocentos reais; o batizado custa vinte e cinco reais, cinco reais a mais do que o preço mínimo estipulado pela Mitra Arquidiocesana de Brasília. A missa de falecimento, se for realizada na capela, custa cem reais; mas, se for inclusa uma homenagem na nave projetada por Oscar Niemeyer, o preço sobe para quatrocentos reais. A secretaria da Catedral justifica tais preços citando o alto custo para manter o monumento e, ainda, comentam que o número de fiéis que pagam dízimo é mínimo, já que a Catedral não está localizada em área residencial.

Sendo assim, os problemas continuam e o clamor da população, pedindo por providências, também.

Resta, para encerrar este item, enfatizar que, com relação ao projeto de restauração dos vitrais de autoria de Marianne Peretti, o custo de execução da obra, conforme Orçamento elaborado pela Universidade de Brasília é de R\$ 3,3 milhões; que o projeto foi apresentado ao Ministério do Esporte e Turismo em abril de 2002 e ao Ministério da Cultura em 2002 e ainda está em análise; que a PETROBRÁS recebeu pedido para colaborar com o projeto em abril de 2004 - em junho, a proposta foi recusada; e, finalmente, que a Catedral não tem recursos próprios para custear a obra.

CAPÍTULO IV

ANÁLISE DA SITUAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DA CATEDRAL METROPOLITANA DE BRASÍLIA

4.1 METODOLOGIA

Tratando-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa que seguiu a linha bibliográfica-descritiva, baseada na coleta de informações através de observação direta em campo, o que se conseguiu, através do referencial teórico montado, resultou na percepção de que a Catedral Metropolitana de Brasília, embora incluída pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade, tem passado por sérios problemas de preservação, chegando ao ponto de estar sendo sustentada mediante donativos da população. A crise se instalou em 1987 e perdura até o momento atual, quando os jornais locais estão editando matérias referentes à temática.

4.1.1 Resultados

Os resultados obtidos formaram um complexo de informações que deixam perceber que a Catedral Metropolitana de Brasília necessita, e com urgência, de mais uma reforma, a terceira. Isto porque, se durante a primeira reforma, em 1987 houve a substituição dos vitrais que eram incolores, pelos atuais, de autoria de Marianne Peretti e os pilares de concreto foram apenas pintados de branco; se em 2000, durante a segunda reforma, os mesmos vitrais foram restaurados com vidros especiais de Milão, que receberam uma película de climatização para possibilitar a passagem da luz, mas não do calor, atualmente, em 2005, a situação é mais complexa e muito mais necessária. Além dos 693 buracos nos vitrais, as instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias precisam de reparos. Entre outras obras é necessário restaurar as paredes e reformar o piso. Ainda existem goteiras em alguns pontos da Catedral. O problema é na impermeabilidade dos vidros externos. A empresa responsável pela reforma é chamada sempre que há vazamentos, embora a garantia seja de dez anos.

De acordo com a perícia solicitada pela Fundação Banco do Brasil, isto em 2002, a quebra dos vitrais se agravou nos últimos dois anos. Desde então, não houve troca. Há risco de acidentes, pois os vidros podem se desprender no teto e cair nos visitantes.

A Via Sacra, pintada por Di Cavalcanti, também precisa de restauração. O trabalho de recuperação só pode ser feito na Bahia. E não há dinheiro previsto para a obra.

E, complementando a lista de resultados obtidos, pode-se afirmar que a construção da sede da Cúria Metropolitana, localizado ao lado da Catedral, que começou em 2002 e tem três mil metros quadrados de área construída, está à espera da liberação, pelo Governo do Distrito Federal, de mais dois milhões e meio, para que a obra possa ter continuidade.

A situação da Catedral parece ser crítica, o que transparece em uma das matérias publicada pelo Correio Braziliense (15.05.2005, p. 26), editada por Conceição Freitas sob o título *Buracos nos Vitrais da Catedral*:

Uma tragédia se anuncia, vagorosamente, todo nascer do dia, no mais visitado monumento arquitetônico de Brasília. Os vitrais da Catedral estão despencando em pedaços cada vez maiores. “Será uma vergonha para a cidade. Mais dia, menos dia ela será interditada”, avisa, não sem muito pesar, o monsenhor Marcony Vinicius Ferreira, pároco da igreja há dois anos. A reportagem do Correio Braziliense contou, e recontou ontem pela manhã, 693 buracos nos 2,2 mil metros quadrados do painel envidraçado da igreja. Os estragos do monumento mais visitado do Distrito Federal vão de pequenas rachaduras a buracos por onde pode passar um homem adulto. “Vocês contaram 693 buracos? Amanhã serão 694, depois de amanhã, 695, todo dia cai mais um pedaço. Esses dias mesmo caiu um durante uma missa”, conta o religioso. “A sorte é que eles caem dos lados, onde quase não circula ninguém. Além dos quase 700 buracos, há uma infinidade de rachaduras nos vidros. São trincaduras que mais tarde vão se transformar em buracos”.

O monsenhor Marcony não está preocupado sem razão. Acidentes podem acontecer, mesmo porque, pelas fotos anexadas neste estudo (Anexo A), é possível prever algum tipo de constrangimento, no mínimo. Na mesma matéria, encontramos um trecho que denota o perigo:

O pároco da Catedral já se acostumou a ver a cara de espanto e de decepção dos turistas. “Nos dias da cúpula (dos países árabes e da América do Sul), vi muito árabe olhando para cima e fazendo comentários que não pareciam agradáveis. Como explicar a eles que, na cidade que é Patrimônio Cultural da Humanidade, a Catedral está com os vitrais caindo sobre nossas cabeças?” Triste tarefa a do padre: como explicar que os brasileiros constroem uma cidade modernista, fazem novas obras ao lado das antigas, mas não cuidam do patrimônio já construído?

Segundo informações colhidas junto aos funcionários que estão a serviço da Catedral. A Mitra Arquidiocesana de Brasília, responsável pela conservação da Catedral, não tem recursos suficientes para sequer manter as obras. A manutenção mensal custa cerca de dez mil reais. O dinheiro, obtido com doações, vendas de produtos religiosos e taxas de batismo e casamento, serve para pagar salários de funcionários, contas de água e luz e compra de produtos de limpeza.

Se ligar o ar-condicionado e o sistema de ventilação artificial, a conta de energia sobe para cinco mil reais. E, por falta de uso, os equipamentos podem se deteriorar.

Como se faz numa situação drástica como essa e praticamente sem saída, já que o dinheiro necessário aos reparos não está disponibilizado? Como salvar o monumento, já que se fala até em interdição?

4.1.2 Análise

Analisar os resultados obtidos nesta pesquisa significa dizer que o Turismo Sustentável em Brasília e com relação à Catedral Metropolitana, não está sendo bem praticado. E isto pode ser constatado através de uma das matérias publicadas na série de reportagens sobre o tema editadas pelo jornal Correio Braziliense (30.10.2004, p. 26):

Monsenhor Marcony observou, nos oito anos em que administra a igreja, que a atenção de estrangeiros com a obra do arquiteto é ainda maior que a dos brasileiros. “Os turistas, principalmente os alemães, ficam deslumbrados com a Catedral. Dão mais valor ao monumento. Ficam tristes quando vêem os vitrais quebrados”, afirmou. A estimativa é que um milhão de pessoas visitam a igreja por ano. Diariamente, de 700 a 2000 fiéis assistem às celebrações, realizadas duas vezes por dia, às 12h15 e às 18h15.

A questão principal, geradora de todos esses problemas mencionados é a falta de verba. Os religiosos ligados à Cúria Metropolitana estão de “chapéu na mão”, peregrinando nas salas dos empresários, sem nada conseguir, a não ser palavras de estímulo e consideração.

Porém, o que está em jogo é uma cidade-monumento, incluída pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade. O que está em jogo é o turismo de Brasília, é o conceito de Brasília que, aos quarenta e cinco anos de idade, não consegue mais esconder os sinais de abandono e de envelhecimento precoce, sacrificando, nada mais, nada menos que sua Catedral, o símbolo formatado pela genialidade de arquitetos que trouxeram luz para o mundo.

Se Brasília for considerada como capital do poder, então este processo de envelhecimento fica ininteligível. Como compreender políticos que não cuidam da política, que não preservam seu potencial?

O resultado desta análise, a título de colaboração, refaz uma crítica que tem sido feita por muitos brasileiros-cidadãos e principalmente, por um dos maiores: Lúcio Costa, o mentor de Brasília. Não se pode deixar de assimilar seu ensinamento maior.

Lúcio Costa ensinou que é possível dar respeitabilidade e imponência à Capital e, ao mesmo tempo, qualidade de vida aos seus moradores. Segundo a expressão de sua genialidade, flexionalizar não significa, entretanto, agredir os princípios básicos que regem o desenho da cidade, pois diversos setores podem ser arruinados se for perdido o tombamento, como por exemplo, o setor de turismo, que depende muito das condições ideais de preservação que, por sua vez terão impactos também na economia e no meio ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredita-se que este estudo tenha confirmado seu objetivo, ao revelar que a situação de preservação da Catedral Metropolitana de Brasília é deplorável, constatando, inclusive, que Brasília, em função do descaso de seus administradores está envelhecendo precocemente, e principalmente, ao conferir que o turismo sustentável tão teoricamente enaltecido na teoria, na Capital Federal, não vem sendo cumprido, na prática.

É admirável observar que ao longo dessas quatro décadas e meia, a nova capital da República, criada para ser modelo da modernidade tenha conseguido cumprir o papel que a ela foi destinado, mudando o eixo histórico do país, esculpindo um novo perfil para o Planalto Central, impulsionando o desenvolvimento do Centro-Oeste e daí para o Norte e o Nordeste, tornando-se referência mundial em urbanismo e arquitetura, colocando em prática o sonho de Juscelino Kubistchek, expandido a toda a sua equipe.

Porém, é lamentável observar e constatar através de uma pesquisa que poderia até ter se aprofundado mais, que Brasília está fadada – caso o descaso continue – a regredir em seu aparato monumental, depois de ter adquirido o *status* de Patrimônio da Humanidade, justamente quando o desafio maior está em preservar e ampliar as conquistas, assegurando que a obra de JK persista na história caminhando na trilha do progresso.

Finalizando este estudo que não se julga completo, mas que se pensa honesto e trabalhoso, deve ser acentuado que ao Estado cabe defender os interesses da população e da cidade e não os das empresas. Deve ser enfatizado que o valor simbólico tem que ser mais importante que o valor de troca. Parece estar se comprovando que a influência do tombamento do plano de Lúcio Costa na dinâmica atual de ocupação do Plano Piloto vem diminuindo, já que parte da sociedade não sabe o que está acontecendo e outra parte se beneficia do que está acontecendo. É preciso, emergencialmente, melhorar os instrumentos de proteção ao tombamento e aumentar o acesso às informações sobre o Plano Lúcio Costa, para que o turismo praticado em Brasília possa alcançar o ideal de sustentabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGNES, Diane. A importância do planejamento para a prática da atividade turística em áreas de proteção ambiental. *Revista Turismo*, jun.2003. Disponível em: <http://www.revistaturismo.cidadeinternet.com.br/artigos/planejamento.html-32k>. Acesso em: 2 abr. 2005.

ANDRADE, João Vicente de. *Turismo: fundamentos e dimensões*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1995.

ANGELI, Margarita N. Barretto. *Planejamento e organização em turismo*. Campinas: Papirus,1996.

ANSARAH, Marília Gomes dos Reis (Org.). *Turismo. Como aprender, como ensinar*. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6023: Informação e documentação – Referências – Elaboração*. Rio de Janeiro, 2002.

AVELAR, Mafalda. Brasília, 40. Gestação da cidade começou há 44 anos. *Correio Braziliense*. Brasília, 2 out. 2000, p. G-4.

BARRETO, Margarita. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. 5. ed. São Paulo: Papirus, 1995.

_____. *Turismo e legado cultural*. São Paulo: Papirus, 2000.

BARRETO, Margarita; BURGOS, Raul; FREENKEL, David. *Turismo, políticas públicas e relações internacionais*. Campinas,SP: Papirus, 2003. (Coleção Turismo)

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *O governo Kubistchek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BENI, Mário. *Análise estrutural do turismo*. 6. ed. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

BONALD, Olímpio. *Planejamento e organização do turismo: conceitos básicos*. 2. ed. Recife: FASA, 1984.

BRASIL. Conselho Federal de Cultura. *Atlas cultural do Brasil*. Brasília: Ministério de Educação e Cultural, 1990.

BRASIL. Governo do Distrito Federal. *Guia oficial de Brasília*. Brasília: CODEPLAN, 1985.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Plano Nacional do Turismo: diretrizes, metas e programas – 2003-2007*. Brasília: Ministério do Turismo, 2003.

BRASILEIRO, Iara L. G. Turismo e desenvolvimento sustentável. In: *Correio Braziliense*, 12 dez. 2004, p. 30.

BRENNER, Eliane Lopes. *Turismo cultural*. Disponível em: <http://www.ucg.br/flash/artigos/0410Aturismo.html>. Acesso em 5 mar. 2005.

BRITO, C. et. al. *Catedral de Brasília*. Brasília: Departamento de Tecnologia da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB, 2000. (Monografia da disciplina Sistemas Estruturais em Concreto Armado)

BUARQUE, Cristóvam. *Admirável mundo atual. Dicionário pessoal dos horrores e esperanças do mundo globalizado*. São Paulo: Geração Editorial, 2001.

CARTA TURÍSTICA DE BRASÍLIA. Brasília, Departamento de Turismo, 1998.

CARVALHO, Caio Luiz de & BRITO, Gilvan de. *Destino Brasil: novos caminhos para o Turismo*. Rio de Janeiro: BBTUR TURISMO, 1994.

CASTELLI, Geraldo. *Turismo e marketing: uma abordagem hoteleira*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 1990.

CAVALCANTI, C. *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

CAVALCANTI, Lauro. *Quando o Brasil era moderno – Guia de arquitetura 1928-1960*. São Paulo: Aeroplano Editora, 2000.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA. Faculdade de Ciências da Educação. *Professor nota 10! Orientações para realização de trabalho de conclusão de curso – TCC (Monografia I e II)*. Brasília: UniCEUB – FACE 2005. 55.

COM CIÊNCIA – CIDADES. *Brasília: contrastes de uma cidade planejada*. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/cidades/cid16.htm-29k->. Acesso em: 10 mar. 2005.

CORREIO BRAZILIENSE. *O Sonho, o homem, a memória*. Brasília, 13 abr. 2005, p. 8. (Suplemento de Turismo)

_____. *Pelo tombamento*. Brasília, 12 dez. 2004, p. 20. (Visão do Correio)

_____. *Brasília em três tempos*. Brasília, 19 abr. 2005, pp. 98 p. (Suplemento Especial em Comemoração ao Aniversário de Brasília)

COSTA, Jean Henrique. *Turismo: uma síntese teórica*. Disponível em: <http://www.revistaturismo.cidadeinternet.com.br/artigos/sinteseteorica3.html-38k->. Acesso em: 29 mar. 2005.

COSTA JÚNIOR, Mauro Lúcio da. *Registros de uma vivência*. Brasília: Empresa das Artes/Editora UnB, 1985.

DRUMMOND, Siobhan; YEOMAN, Ian. *Questões de qualidade nas ações de visitação a patrimônio*. Tradução de Hélio Hintze e Cristina Freitas. São Paulo: Rocca, 2004.

EMBRATUR. Brasília Convention & Visitors Bureau. *Perfil do turista do Distrito Federal*. Brasília: IBPC Pesquisas, 2001.

ENCICLOPÉDIA MIRADOR INTERNACIONAL. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda., 1996, p. 11075-11080.

EMBRATUR. *Anuário estatístico*. Brasília: Ministério de Turismo, 2002.

_____. *Anuário estatístico – 2001*. Brasília: Ministério de Turismo, 2003.

_____. *Portal brasileiro do turismo*. Disponível em: http://www.braziltour.com/site/br/ministerio-turismo_embratur/materia.php-25k. Acesso em: 31 mar. 2005.

FREITAS, Conceição. Buracos nos vitrais da catedral. In: *Correio Braziliense*. Brasília, 15 maio 2005, p. 26.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (orgs.). *Turismo e patrimônio cultural*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2003. (Coleção Turismo Contexto)

GALVÃO JÚNIOR, José Leme. *Debate sobre a realidade urbana do Distrito Federal. O instituto do tombamento e a importância de Brasília*. (Palestra). Disponível em: <http://www.mpdf.gov.br> Acesso em 12 maio 2005.

GIMENEZ, Josemar. Brasília em três tempos. *Correio Braziliense*. Brasília, 19 abr. 2005, pp. 1-98. (Suplemento Especial em Comemoração ao Aniversário de Inauguração de Brasília)

GONÇALVES, A. B.; BOFF, C. *Turismo e cultura. A história e os atrativos regionais*. Santo Ângelo, Venâncio Aires, 2001, p.61-62.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Portal Oficial. Disponível em: <http://www.sc.df.gov.br>. Acesso em: 03 abr. 2005.

_____. *A história de Brasília (parte I)*. Disponível em: <http://www.infobrasília.com.br>. Acesso em: 2 mar. 2005.

HUNTER, C. Sustainable tourism as an adoptive paradigm. In: *Annals of Tourism Research* 24, 850-67.

IRVING, Marta de Azevedo; AZEVEDO, Júlia. *Turismo, o desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Futura, 2000.

KUBITSCHKE, Márcia. Brasília, adulta e democrática. In: *Correio Braziliense*. Brasília, 21 abr. 1991, p. 7.

LA CIERVA, R. *Turismo: teoría, técnica, ambiente*. Madri: River, 1962.

LASSANCE, Adalberto et alii. *Brasília: capital do Brasil*. 2. ed. Brasília: Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal: Pórfiro, 2003.

LIBRELON, Rachel. Parabéns, Toniquinho! *Correio Braziliense*. Brasília, 4 abr. 2005, p. 26.

LUZ, Dioclécio. O santo que viu Brasília em 1883: 77 anos antes da construção da cidade – A visão profética. *Jornal José, Viver em Brasília*, ano XI, n. 603, p. 12.

MACIEL, Nahima. A musa dos vitrais. In: *Correio Braziliense*. Brasília, 03 ago. 2003, p. 23.

MADER, Helena; AMORIM, Rovênia. Sem recursos para a catedral. In: *Correio Braziliense*. Brasília, 17 maio 2005, p. 25.

MEMÓRIA. A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO. Disponível em: <http://www.comciencia.br>. Acesso em: 10 abr. 2005.

MENDONÇA, Maria Luiza M. Turismo sustentável: classes sociais e subjetividade. In: MONTORO, Tânia Siqueira (Org.) *Cultura do turismo: desafios e práticas socioambientais*. Brasília: Thesaurus, 2003.

MONTEJANO, Jordi Montaner. *Estrutura do mercado turístico*. 2. ed. São Paulo: Roca, 2001.

MONTORO, Tânia Siqueira (Org.). *Cultura do turismo: desafios e práticas socioambientais*. Brasília: Thesaurus, 2003.

MURTA, Stela Maris. *Turismo, preservação e comunidade*. Disponível em: <http://www.arvore.com.br>. Acesso em 23 mar.2005.

NIEMEYER, Oscar. *Minha arquitetura*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

NAVES, José Osório. *Brasília Tourist Guide*. Brasília: Imagens Editora, Propaganda & Turismo Ltda., 2005.

NUNES, Brasilmar (org.) *Brasília: a construção do cotidiano*. Brasília: Paralelo 15, 1997.

O CRUZEIRO. *Rio de Janeiro através da concepção do professor Agache*. Disponível em http://www.memoriaviva.digi.com.br/o_cruzeiro/100464su.htm-7k. Acesso em 3 abr. 2005.

OSCAR NIEMEYER. Entrevista. Disponível em: <http://www.geneton.com.br/entrevistas>. Acesso em: 10 maio 2005.

PAVIANI, Aldo. Brasília: conceito urbano especializado? Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos>. Acesso em 10 abr. 2005.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. (org.). *Turismo, memória e patrimônio cultural*. São Paulo: Rocca, 2004.

REVISTA VEJA. *A Capital a rigor*. São Paulo: Editora Abril, 28 fev. 1990, pp.56-57.

SAN ROMAN, P. *El fenómeno del turismo*. Madri: Instituto de Estudios Turísticos, 1979.

SARTOR, Lourdes Fellini. *Introdução ao turismo*. Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul; Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1997. 89 p.

SEGATTO, Christiane. Falta de verba ameaça o maior vitral do mundo. In: *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 21 ago. 1996, p. A-16)

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Catedral de Brasília passa por reforma geral. In: *Folha de São Paulo*. São Paulo, 31 jan. 1999, p. 3-8.

SILVEIRA, A . S. et. alii. *Turismo no percurso do tempo*. São Paulo: Editora Aleph, 2003. 160 p.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. *Preservação do patrimônio cultural em cidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SWARBROOKE, John. *Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental*. (v.1). Tradução de Margarete Dias Pulido. São Paulo: Aleph, 2000.

TELES, R.M.S. Patrimônio cultural. In: GONÇALVES, A. B.; BOFF, C. *Turismo e cultura. A história e os atrativos regionais*. Santo Ângelo, Venâncio Aires, 2001, p.61-62.

TOURING CLUB DO BRASIL. *Uma memória dos tempos da mão-inglesa*. Disponível em: <http://www.touring.com.br/historia>>. Acesso em: 2 abr. 2005.

VASCONCELOS, Adirson. *A mudança da capital*. Brasília: Gráfica e Editora Independência, 1978.

_____. Brasília passo a passo. Entrevista. *Correio Braziliense*. Brasília, 16-22 abr. 2005, p. C-4. (Suplemento Especial Brasília 45 anos)

VIANA, Francisco. Brasília, a capital do século XXI: do ciclo de desenvolvimento dos anos JK à reconstrução do futuro nos dias atuais. *Correio Braziliense*. Brasília: 19 abr. 2004, pp. 1-50) (Edição Especial em Comemoração ao Aniversário de Inauguração de Brasília)

VILLA, Marco Antonio. *Sociedade e história do Brasil: o auge do populismo*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2001.

WAHAB, Salah-Eldin Abdel *Introdução à administração do turismo: alguns aspectos estruturais e operacionais do turismo internacional : teoria e prática* 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1991.

A N E X O S



Catedral Metropolitana de Brasília-
Vitrais de Marianne Peretti
Fotografada por: Samara Batista Ferreira



Catedral Metropolitana de Brasília-
Vitrais de Marianne Peretti, abrigo de pássaros.
Fotografada por: Samara Batista Ferreira



Catedral Metropolitana de Brasília.
Placa de Inauguração marcada pelo vandalismo.
Fotografada por: Samara Batista Ferreira.